



**CIDADE
PARA
QUEM?**
O Centro de
Florianópolis e a
População LGBT

CIDADE PARA QUEM?

O Centro de Florianópolis e a População LGBT

Universidade Federal de Santa Catarina
Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso

Autora
Cristina Besen Müller

Profª Orientadora
Marina Toneli Siqueira

Florianópolis, março de 2019

Dedico este trabalho a Marielle Franco

*Mulher, negra, mãe, lésbica, foi assassinada na
noite de 22/03/2018*

Ainda esperamos respostas.

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus pais, por me apoiarem e por estarem do meu lado, mesmo quando não me entendiam muito bem.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer às Marinas. À Marina Toneli Siqueira por acreditar em mim mesmo quando eu não acreditava e por me orientar nesse turbulento um ano e meio. À Marina Cecília de Souza por estar do meu lado na reta final do TCC, sempre ajudando da forma que podia e me estimulando a ir mais longe.

Também, à querida Julia Juskow, que me ajudou pra caramba nesse processo. Obrigada por ser uma amiga incrível!

À Julia Miola, à Thayssa Christensen e ao Bruno Jordão, meus irmãozinhos de outras mães, meus companheiros de jornada. Obrigada por estarem ao meu lado.

À Bárbara, minha parceira do crime, com quem aprendi muito nessa caminhada.

Ao Julio, por ter cedido sua belíssima arte para usar no trabalho.

Aos meus primos, Gabriel e Rodrigo, por sempre serem capazes de me fazer rir.

Ao Stefan, ao Diogo, à Marianna, à Analê, à Fig, à Renata, à Aretha, à Milena, à Carol.

Aos meus amigos de intercâmbio que, mesmo morando longe, sempre terão um pedaço do meu coração. Obrigada Gui, Di, Flá, Paty, Ray, Carol e Julia!

Às meninas do ateliê Urbe, por serem amigas fantásticas e sempre terem uma palavra de apoio em momentos de desespero.

A todo o pessoal do IPUF, por ter me propiciado um ano de estágio intenso, de muito aprendizado e crescimento.

A todos os LGBTs que lutaram antes de mim, por possibilitarem que eu seja quem sou, e que esse trabalho exista.

Muito obrigada a todos!

Por mais que o discurso vigente afirme que os espaços públicos são de todos, **a cidade é projetada e ocupada por e para um sujeito-padrão**: homem, branco, heterossexual, com um poder aquisitivo elevado e em plenas condições físicas. Isso faz com que o ambiente urbano seja experienciado de formas bastante distintas por diferentes grupos. **A rua representa, em diversos momentos, um ambiente hostil para aqueles que pertencem às minorias**, sejam negros, mulheres, LGBTs, pessoas com deficiência.

Pela convicção de que a sociedade deve ser mais inclusiva e equitativa, busco neste trabalho compreender o espaço público sob a ótica da população LGBT.

Busco compreender o ambiente urbano, a forma como é planejado, quem o ocupa, a quem este é negado e como isso influi na exclusão dos indivíduos na sociedade. **Sigo o enfoque do direito à cidade** para estudar as dinâmicas urbanas, bem como **para embasar e auxiliar na proposição de um projeto que motive a integração de nós, LGBTs, ao centro de Florianópolis.**

ÍNDICE

1. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA	15
2. DIREITOS CIVIS	27
3. FLORIANÓPOLIS	51
4. O PROJETO	79
5. PERCEPÇÕES E CONCLUSÕES	111
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114

1. MOTIVAÇÃO E JUSTIFICATIVA

1.1 motivação 15

1.2 justificativa 17

1.1 Motivação

“Viver no armário, e então sair dele, nunca são questões puramente herméticas. As geografias pessoais e políticas são, antes, as mais imponderáveis e convulsivas do segredo aberto.” (SEDGWICK, 2007, p. 39)

“O armário não é uma armadilha sem saída. Sair dele também não é uma decisão puramente individual, pois o contexto social e histórico delimita esta possibilidade. Sair do closet ou não entrar nele é uma forma de resistência e, por mais complicada e difícil que seja a vida daqueles que o recusam, ela traz uma vantagem: o controle da informação sobre a vida íntima pode impedir que outros possam usá-la contra eles em um momento inesperado. Alguém fora do armário ainda pode se deparar, esporadicamente, com manifestações de homofobia, mas é menor a dúvida sobre o que pensam a seu respeito e maior o controle sobre o que virão a fazer ou dizer em relação a ele.” (MISKOLCI, 2007, p. 62-63)

Eu sinto a necessidade de explorar o tema, como mulher, como lésbica assumida e orgulhosa, por não me sentir

segura em um local que, em teoria, é de todos: a cidade. Desde os direitos que parecem mais banais, como poder andar de mãos dadas e beijar outra mulher na rua sem medo de julgamentos, até os mais primordiais, tais quais a segurança, a saúde pública de qualidade e o direito a doar sangue, a cidade me é negada diariamente. Eu, como mulher branca e de classe média, de um núcleo familiar formado por pai e mãe sempre presentes e atuantes em minha criação, reconheço meus privilégios ao me assumir lésbica e ter relativa liberdade para exercer minha personalidade e meus direitos no âmbito familiar.

Entretanto, mesmo com esse privilégio, a cidade ainda não é plenamente minha: ainda sou mulher. Sofro a pressão de manter meu corpo nos padrões socialmente aceitáveis. Sofro com o assédio disfarçado como elogio. Sofro diariamente com uma sociedade que acha que minha sexualidade só existe para o prazer masculino. Sofro com a ideia de que nenhuma relação lésbica é plena sem que se encaixe nos padrões heteronormativos da sociedade, na crença de sempre haver um ‘homem da relação’. Sofro diariamente com uma cultura e uma justiça que me pressionam diariamente e que insistem em dizer que podem curar quem eu sou, que me tratam como um distúrbio psicológico facilmente corrigível através da “reversão sexual”. Sofro com cada LGBT que morre nas mãos cruéis dessa sociedade. Sofro com cada vez que

dizem que meus pedidos desesperados por justiça são “mimimi”. Sofro com cada lâmpada que atinge casais LGBT na madrugada paulistana. Sofro com cada soco e cada pontapé que atinge meu povo. Sofro com cada ‘criança viada’ que apanha para “virar homem”. Sofro com cada lésbica que é estuprada para ‘virar mulher’. Sofro cada vez que leio uma nova notícia de truculência policial. Sofro porque ninguém merece passar por isso. Sofro porque raramente há punição. Sofro porque eu posso ser a próxima.

É um tema fácil? Não, não é. Mas também não é fácil ser mulher. Não é fácil ser lésbica. Mas todos os dias, em todos os momentos da minha vida, a cada café que eu tomo, a cada risada que eu dou, a cada discussão que tenho, sou uma mulher lésbica. Cansa ter que lutar pelos meus direitos todos os dias. Cansa ter medo de falar sobre quem me relaciono em reuniões de família, algo comum para a maioria das pessoas. Cansa demais ter que me provar duas, três, quatro vezes mais que um homem para que reconheçam meu potencial. Mas, eu vou continuar. Eu vou lutar. Eu vou ser.

Por isso, carrego comigo a vontade de tentar fazer algo a respeito. Talvez pareça um pouco ingênuo fazer um TCC com este tema com esperança de que algo mude na sociedade, mas cada traço em um projeto é importante e cada pequeno esforço que se faz em prol dessa causa é essencial para que se tenha uma sociedade inclusiva, respeitosa e justa, em que a equidade e o direito à cidade possam ser desfrutados por todos.

1.2 Justificativa

Desde a forma corporal, os cabelos e pêlos, até o modo como nos vestimos, a sociedade estabelece padrões em que devemos nos encaixar caso queiramos ser parte de um todo. Assim como padrões de beleza, a cultura, a mídia e grande parte das relações sociais ditam características e comportamentos esperados de cada indivíduo baseados em seu gênero e em sua sexualidade para que estes sejam considerados “gente de bem” aos olhos da sociedade. Nas inúmeras comédias românticas, na cena que se forma no imaginário coletivo quando ouvimos a palavra “família”, na publicidade e nas conversas mais banais, somos bombardeados por imagens que apresentam a heterossexualidade como aquilo que é normal e esperado. Segundo Pereira e Souza (2013, p. 84), uma sociedade em que os comportamentos heterossexuais apresentam dominância sobre aqueles que são desviantes disso é uma sociedade heteronormativa.

“A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa - e o ideal que ela encarna - é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa

a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização.” (BORILLO, 2010, p. 31)

Há uma tendência de limitação e silenciamento das identidades LGBT dentro do meio predominantemente heterossexual que caracteriza nossa sociedade atualmente. Por haver pouca representatividade midiática, constantes ataques às minorias e banalização do preconceito, ocorre uma patologização da homossexualidade e da transexualidade e a normalização da heteronormatividade, o que torna ato de “sair do armário” tão difícil para a população LGBT:

“(...)as pessoas que desejam pessoas do mesmo sexo muitas vezes acham que são “as únicas no mundo” que experimentam esse sentimento, até terem contato com outras pessoas “iguais a elas”. O pressuposto e a afirmação persistente da heterossexualidade como a única realidade, marginaliza e busca invalidar a experiência das pessoas que desejam pessoas do mesmo sexo (...) No contexto da heterossexualidade compulsória, o exercício da

escolha e dos direitos fica muito limitado por efeito das restrições que experimentamos quanto a reconhecer e viver a diversidade do desejo dentro de nós mesmas.” (SHARMA, 2008, p. 116)

Nem sempre temos nossa sexualidade reconhecida nos diversos âmbitos de que fazemos parte, o que nos faz buscar espaços seguros para performar nossa existência plenamente. Segundo Miskolci (2007, p. 60), temos uma dualidade entre a vida familiar e a vida sexual: devido a uma sociedade heteronormativa e homofóbica, torna-se compreensível que tantos LGBTs ‘estejam no armário’. O imaginário popular costumava desenhar os LGBTs como seres estranhos, vistos à distância e pertencentes à noite, separados da vitalidade da cidade e às margens dos direitos civis, corpos extraterrestres para uma sociedade conservadora. Devido a isso, a vida pública dos LGBTs é negada ou limitada. Assim, quando observamos locais ‘LGBT-friendly’ - tais quais bares, casas noturnas e ruas por nós povoadas - temos a impressão de que estes ambientes são segregados, fechados, disjuntos da cidade. Muitas vezes, o que nos pertence é a noite e o silêncio. Entretanto, durante as últimas décadas temos nos inserido cada vez mais na cultura popular. Ao mesmo tempo que criamos mais espaços de resistência e subversão, ocupamos a rua e nos vemos mais presentes na cidade formal.

Apesar dessa integração paulatina, o planejamento urbano apresenta uma

tendência a contemplar um sujeito específico:

“Em grande parte, a cidade é planejada para um homem [...] de média idade, em plenas condições físicas, com um trabalho estável e bem remunerado que lhe permite ter carro privado e com uma esposa que o aguarda em casa com tudo feito e preparado.[...] Assim, fica claro para quem a cidade e o território são projetados.” (MONTANER, MUXI, 2014, p. 207-208)

Por mais que o discurso vigente afirme que os espaços públicos são de todos, a cidade é projetada e ocupada por e para um sujeito-padrão - homem, branco, heterossexual, com um poder aquisitivo elevado e em plenas condições físicas. Isso faz com que o espaço público seja experienciado de formas bastante distintas para os diferentes grupos que formam a sociedade. A rua representa, em diversos momentos, um ambiente hostil àqueles que pertencem às minorias, sejam negros, mulheres, LGBTs, pessoas com deficiência. Como corpos não-conformantes, nossa presença gera desconforto a quem se encaixa e se privilegia com o padrão pré-estabelecido.

O momento em que vivemos é bastante complexo. A rua nos pertence um pouco mais, minorias ganham voz e nos vemos parcialmente representados na mídia, mas a represália que sofremos por isso é forte e cresce a cada dia. Segundo

Silva e Santos (2015, p. 514), “Há um inegável recrudescimento da violência contra os segmentos LGBT e aumento do conservadorismo na sociedade”. Respostas reacionárias nos atingem na forma de conservantismo político e intelectual, de violência e brutalidade, na tentativa de retirada de nossos direitos. Mas, toda vez que uma sociedade passa por mudanças significativas e de longo prazo, a resposta do opressor é tentar a qualquer custo retomar e fortalecer seu privilégio. Por isso, deve-se levar a público os casos de violência sofridos, ocupar a cidade e reivindicar o que é nosso por direito.

Pelas razões apresentadas e por convicções próprias de que a sociedade deve ser mais inclusiva e equitativa, buscase neste trabalho compreender como o espaço público - a forma como é planejado, quem o ocupa e a quem este é negado - influem na inclusão dos indivíduos na sociedade. Segue-se o enfoque do direito à cidade e da segregação espacial de LGBTs para entender as dinâmicas urbanas que levam a isso, bem como para embasar e auxiliar na proposição de um projeto que motive a integração dessa população no centro de Florianópolis.

Em um primeiro momento, minhas colagens ajudaram em uma aproximação, por vezes jocosa, do assunto. Através do recorte de revistas antigas e utilizando algumas frases e imagens um tanto fora de seu contexto, pude compreender mais plenamente certos temas que

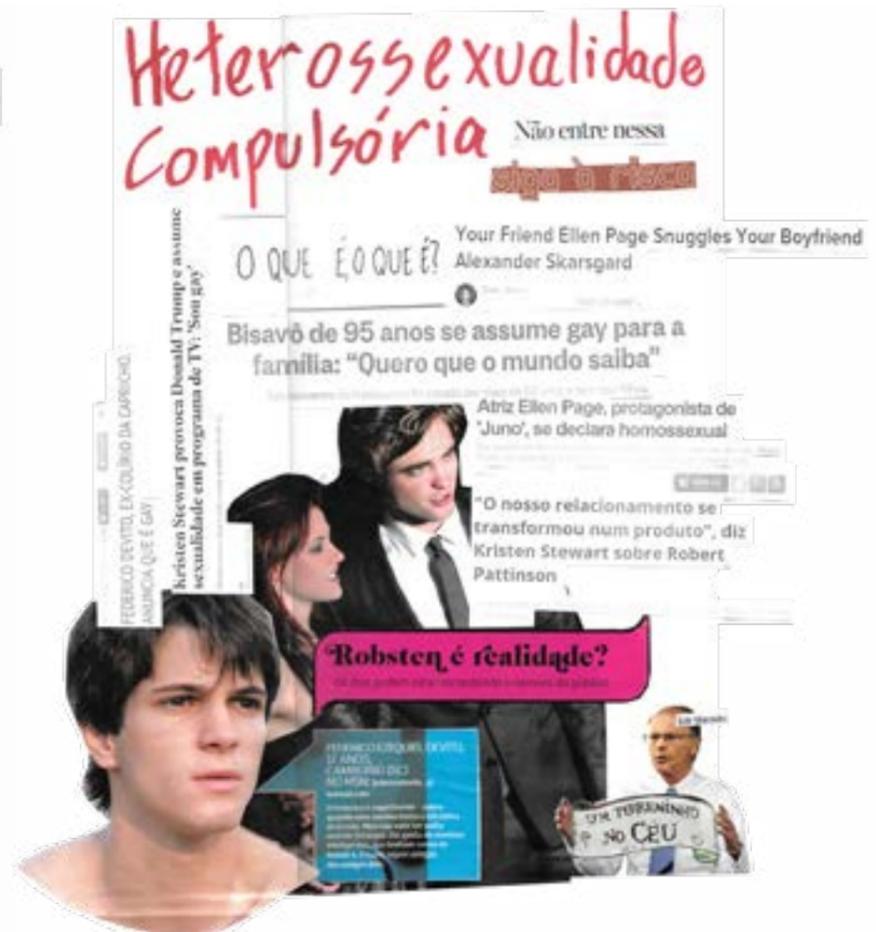
concernem a nós, LGBTs. Foram feitas cinco colagens, cujos tópicos foram: Sexualidade; Heterossexualidade Compulsória; Lesbianidade¹; Direitos LGBT e Intolerância, e LGBTs e a Cidade (Páginas 20 e 21: Imagens 1-5, respectivamente). Prossegui com a feição de algumas colagens digitais: cujos temas são “Cidade Para Quem?” e “Existência e Resistência Lésbica” (Imagens 6 e 7, pg. 22 e 23)

Além disso, fiz derivas e mapas mentais pelo centro de Florianópolis, local em que se pretende realizar a proposta final deste Trabalho de Conclusão de Curso. Essa atividade proporcionou maior entendimento e vivência da urbanidade a ser estudada, e um fortalecimento dos conceitos previamente apresentados.

Os assuntos das colagens e dos mapas mentais foram aprofundados em um momento de pesquisa bibliográfica. Busco, nesta, a conceituação acerca dos direitos civis, bem como sobre a cidade de Florianópolis, seu histórico e a forma como a população LGBT se integra na cidade. Realizei entrevistas com funcionárias de instituições atuantes nos direitos LGBTs na cidade, assim como conversas com usuários desses espaços e acadêmicos envolvidos com a temática. Durante a elaboração deste TCC, também elaborei mapeamentos da região central de Florianópolis buscando espacializar os espaços inclusivos à população LGBT e visualizar a territorialidade específica desse grupo. Por fim, apresento diretrizes

¹ Lesbianidade: refere-se ao amor romântico e/ou prática sexual entre mulheres. (UFSC, 2017, p. 15)

urbanísticas e propostas de intervenções urbanas a serem aplicadas no centro de Florianópolis, utilizando os princípios do Estatuto da Cidade, do urbanismo tático e da arte urbana para promover um programa de inclusão da população LGBT ao espaço público da cidade.



Imagens 1-5: Colagens "Sexualidade"; "Heterossexualidade Compulsória"; "Lesbianidade"; "Direitos LGBT e Intolerância", e "LGBTs e a Cidade". Fonte: Acervo Pessoal.



Imagens 6 e 7: Colagens "Cidade Para Quem?" e "Existência e Resistência Lésbica". Fonte: Acervo Pessoal.



2. DIREITOS CIVIS

2.1. Direitos da Mulher 28

**2.2. Direitos LGBT e
a Cidade 32**

2.3. Direito à Cidade 44

Por mais que o Artigo 5º da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) garanta que “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a (...) inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade*”, sabe-se que às minorias são relegadas posições de pressão social e perda de direitos. Temos um país em que tem ocorrido um levante reacionário, com o fortalecimento da bancada evangélica e de políticos que representam os ideais conservadores e excludentes. Reflexo disso é que, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (2014, p. 16), “*(...) o discurso de cunho moralista na gestão pública (...) resultou na composição mais conservadora do Congresso, após a redemocratização em 1985*”. Ou seja, o congresso eleito em 2014 foi considerado o mais conservador desde o período da ditadura. O cenário das eleições do ano de 2018 não parece diferente, com a eleição à presidência de Jair Messias Bolsonaro, candidato do Partido Social Liberal (PSL), que segue uma linha de governo conservadora na esfera dos direitos civis.

A tentativa de silenciamento das minorias e desmonte de direitos é clara, como é notável pelo assassinato de Marielle Franco, ativista, negra, mãe, lésbica e quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro - RJ nas eleições de 2016. Marielle e Anderson Gomes, seu motorista no momento do crime, foram mortos no dia 14.03.2018 quando voltavam de um evento chamado “Jovens Negras Movendo

as Estruturas”. O crime chocou o país e motivou um levante popular em busca de debate, trazendo questionamentos acerca do lugar de fala e dos direitos de populações marginalizadas.

“Isso conduz a questões éticas gerais: Resta algum reduto ético, crítico e humanista para a arquitetura e para o urbanismo, fora do consumo e da especulação das indústrias da construção e da cultura? Aonde se dirige a utopia dos nossos tempos? Qual seria, hoje, a função social da arquitetura? Como se propor uma nova ética para a arquitetura a favor do meio-ambiente, da igualdade e da liberdade?” (MONTANER, MUXI, 2011, p. 22)

Como questionado por Montaner e Muxi (2011), deve-se refletir sobre a função social dos arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos. A que modelo de cidade a política, a gestão e a abordagem urbanística atual nos levará? O futuro da cidade depende do trabalho conjunto de sociedade, sem que se deixe de discutir políticas públicas, integração social, representatividade, entre outros aspectos.

Para que o debate relativo a estes temas ocorra, exploro os temas de Direitos da Mulher e Direitos LGBT, Direito à Cidade e tento traçar a relação destes âmbitos com a urbe.

2.1. Direitos da Mulher

“Artigo 1: Para os propósitos dessa Declaração, o termo “violência contra a mulher” significa qualquer ato de violência baseada em gênero que resulte, ou possa resultar em danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico em mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrendo tanto em vida pública quanto privada.

(...)

Artigo 3: Mulheres têm direito de igual aproveitamento e proteção em todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nas esferas política, econômica, social, cultural, civil, ou qualquer outro campo.

(...)

Artigo 4: Os Estados devem condenar a violência contra a mulher e não devem invocar costumes, tradições ou considerações religiosas para evitar suas obrigações relativas à eliminação desta. Os Estados devem buscar por

todos os meios apropriados e imediatamente buscar uma política de eliminação da violência contra as mulheres (...)” (ONU, 1994, p. 3-4, tradução livre)

Ao andar na cidade à noite, a preocupação de um homem branco e heterossexual é muito diferente da preocupação de minorias, tais quais LGBTs, mulheres e negros. Ele pensa em um possível assalto: deixa de mexer no celular, busca rotas de fuga e segue seu rumo atentamente até seu destino. Para uma mulher, a história é outra: ela pensa em tudo, traça cada rota possível para todas as situações que lhe afligem, desvia de áreas pouco iluminadas, toma caminhos mais longos, porém mais seguros, atenta os olhos, os ouvidos, o tato, o olfato, e cada leve percepção se torna uma grande preocupação. O som de passos ao fundo gera uma verdadeira sensação de pânico: seu ritmo cardíaco acelera, ela anda mais rápido, procura outras pessoas na rua, olha para trás e tenta ver quem vem. Ao ver uma mulher, seu pânico se suaviza: estamos juntas. Mas, e se não é? Ela pega as chaves de casa, encaixa entre os dedos, uma proteção rápida e improvisada no caso de uma abordagem violenta; anda mais rápido, dando olhadelas para trás para conferir se está segura. E de repente para de andar. Se ela ouve os passos pararem, é hora de correr. Estou sendo seguida. O medo controla sua mente. Ela

continua, mais rápida agora, procura uma casa, um prédio, qualquer lugar em que possa se abrigar. Mas e se ninguém lhe atender?

De acordo com dados do 9º Anuário Brasileiro da Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 47.646 casos de estupro foram notificados à polícia em 2014 (FBSP, 2015, p. 116), o que significa que em média um caso de estupro é notificado a cada 11 minutos no Brasil. O número se torna ainda mais preocupante quando se considera que, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apenas entre 30% a 35% dos casos de estupro são registrados no país, e apenas 10% chegam ao conhecimento da polícia. A mesma pesquisa estima que no mínimo 527 mil pessoas são estupradas anualmente no Brasil, sendo 89% das vítimas do sexo feminino.

E se o abuso acontece, a quem recorrer? ‘Mas ele é homem de família’, ‘Não acabe com a vida de um homem de respeito’, ‘Mas se suas roupas não fossem tão curtas, não teria acontecido’, ‘Mas por que você estava lá? Mulher não pode andar sozinha a essa hora’. Essas são algumas das frases comumente ouvidas por vítimas de estupro. Frases ditas pela família, pelos amigos, pelo poder público. A sociedade as pressiona a não denunciarem os abusos sofridos e culpabiliza a vítima.

O estupro não é um ato supostamente motivado por um desejo sexual incontrolável. É um crime através da qual o homem, ao dominar e usar a vítima, tenta provar sua masculinidade e virilidade a si mesmo. Como visto no documentário

‘The Mask You Live In’ (2015), o homem passa por uma criação frequentemente limitadora, em que é influenciado a ser violento, não demonstrar emoções e sempre “agir como um homem”. A crueldade do ato não-consensual e o desejo de realizá-lo é parte de um jogo sádico de poder que atinge mulheres nas mais diversas esferas sociais, dentro e fora de casa, por familiares, amigos, maridos e desconhecidos. A sensação é de que nunca estamos seguras.

Isso é sinal de que ainda estamos imersos na cultura do estupro, na qual a sociedade culpabiliza as vítimas de violência sexual e de gênero, naturaliza o crime e o trata como algo evitável, como se as vestimentas e o modo de agir fossem o motivo de o estupro ocorrer, e tirando o peso da violação das mãos do criminoso. Afinal, 58,5% dos entrevistados pelo IPEA em 2013 concordam total ou parcialmente com a afirmação “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (IPEA, 2014, p. 22).

“O termo foi citado pela primeira vez em Against Our Will, de Susan Brownmiller, em 1975, como “cultura que apoia o estupro” (...) Mais do que focar explicitamente no ator da violência sexual, o termo abrange as práticas culturais que reproduzem e justificam a realização de violência sexual. No contexto de ativista examino que a cultura do estupro é identificada através de atos

comunicativos particulares, tais quais cantadas, atos de assédio nas ruas e piadas de estupro que podem ser interrompidas através de comunicações anti-estupro” (RENTSCHLER, 2014, p. 66-67)

Não é apenas o ato consumado, e sim um espectro de comportamentos abusivos normalizados no dia a dia que caracterizam-na. A objetificação da mulher na mídia, a criação infantil baseada em conceitos de gênero que é justificada como puramente biológica, as piadas machistas, as cantadas, a omissão e a busca de pretextos que justifiquem esses comportamentos quando vindos de amigos, a dúvida com relação à veracidade dos fatos, a patologização do estuprador, a produção violenta da indústria pornográfica. Todos esses itens e diversos outros são facetas da cultura do estupro. São frequentes os casos de violência motivados pela cultura do estupro, tal qual o notório caso da soltura de Diego Ferreira de Novaes, que ejaculou no pescoço de uma passageira dentro de um ônibus em São Paulo e a notícia de que, em 2016, uma garota sofreu um estupro coletivo por 33 homens, que filmaram e publicaram partes do ato em suas redes sociais. Segundo dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Ministério da Saúde, no ano de 2016, Disk 180 registrou 9,53 casos de estupro por dia no Brasil (FBSP, 2016, p. 38), o que leva à média de um a cada duas horas e meia. Basta uma busca rápida no Google e se veem milhares de notícias relacionadas

a crimes de cunho sexual.

Quando correlacionamos o estupro e LGBTs, uma realidade assustadora vem à tona: motivada pelo ódio e pelo preconceito, atinge mulheres lésbicas, bissexuais e os homens transsexuais na forma do estupro corretivo. De acordo com Santos, Araújo e Rabello (2014, p. 106), é a *“Prática de violência sexual cometida por um ou mais homens, da família ou não, que estupram uma mulher que é ou consideram lésbica para que ela “deixe de ser lésbica” ou para puni-la por ser (ou parecer) lésbica”*.

“A violação tem requintes de crueldade e é motivada por ódio e preconceito, justificando a nova causa de aumento. A violência é usada como um castigo pela negação da mulher à masculinidade do homem. Uma espécie de doença de ‘cura’ por meio do ato sexual à força. A característica desta forma criminosa é a pregação do agressor ao violentar a vítima.” (CUNHA, 2018, p. 19)

Esse tipo de crime ocorre tanto no espaço público quanto no espaço privado, mas é reflexo de como a sociedade patriarcal se desenvolve. Segundo Ágar Camila Mendes Saraiva (2017, p. 05) *“As mulheres eram vistas para pertencer ao espaço privado, como os lares, enquanto o espaço público era desenhado para o uso dos homens. O que resultou em espaços construídos que favoreciam cidadãos masculinos saudáveis, empregados e*

móveis”. Saraiva continua por afirmar que esta ‘sexuação’ urbana gera uma dominação masculina da cidade, o que indica a necessidade de refletir em como o espaço urbano influencia na violência de gênero.

Devemos considerar que, mesmo na sociedade contemporânea, algumas tarefas continuam sendo majoritariamente responsabilidade das mulheres: cuidar dos filhos e realizar tarefas domésticas acabam sendo algumas das responsabilidades a nós atribuídas. A mulher acaba por frequentemente realizar jornadas duplas: além de trabalhar, deve garantir que a esfera privada da casa continue funcionando. Estas atividades geram deslocamentos específicos na cidade que, por conta de um planejamento urbano setorizado, levam maiores períodos de tempo. Ao precisar fazer trajetos que incluem buscar os filhos na escola, comprar mantimentos, entre outros, o percurso percorrido pelas mulheres tende a ser mais complexo que o trajeto casa-trabalho-casa.

Além disso, no ambiente urbano as mulheres são expostas a situações frequentes de assédio e insegurança. O medo é uma constante na vivência de espaços urbanos, já que estes ambientes são hostis à presença feminina. Caminhos mal iluminados, espaços esvaziados, cujos poucos ocupantes são, em geral, homens, tornam a rua um local pouco seguro para as mulheres.

Como podemos, então, garantir que as ruas se tornem um lugar mais seguro para as mulheres? Segundo Montaner e Muxi

(2014, p. 208), a percepção da cidade e da segurança são distintas de acordo com o gênero, o que demonstra a importância de considerar suas experiências no planejamento de espaços públicos. Ao observar o planejamento sob este viés e aplicá-lo para a proteção e integração de mulheres no espaço urbano, tem-se uma cidade menos perigosa e mais equitativa a todos.

2.2. Direitos LGBT e a Cidade

A história dos direitos LGBT é longa e conturbada, e continua dessa forma. Segundo o Relatório Anual de Homofobia Apoiada Pelo Estado, um guia detalhado relativo a legislação LGB desenvolvido pela ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), a homossexualidade é criminalizada em mais de 70 países (ILGA, 2017, p.37), com penas que variam desde chibatadas e prisão, até a morte. No Brasil, o casamento homoafetivo é permitido desde 2013, propiciando mais direitos e abrindo jurisprudência para a adoção de crianças por estes casais. Entretanto, mesmo com uma legislação relativamente progressista, segundo o ILGA foram registrados 340 assassinatos por motivação homofóbica no Brasil no ano de 2017 (ILGA, 2017, p.161), se tornando o país com mais assassinatos de LGBTs reportados no ano.

Falar sobre a população LGBT e o direito à cidade não é possível sem, antes, analisar a história desse grupo, suas lutas, suas causas e os movimentos que nos trouxeram até o cenário presente. A seguir, traça-se um panorama histórico considerando a vivência LGBT antes, durante e após a da Revolta de Stonewall, movimento considerado ponto de virada para a luta por direitos LGBT. Busca-se, também, entender a história e a existência desses no Brasil.

a. Antes de Stonewall

A existência de LGBTs não é nada novo: desde a Grécia Antiga, há registros que provam que a homoafetividade era parte presente da sociedade. Passando pela história hinduísta, vemos a figura de Shiva como meio-homem, meio-mulher. Além disso, na mesma cultura vemos a existência dos Hijra, *“um terceiro gênero institucionalizado na Índia, não sendo ‘nem masculino nem feminino’, contendo elementos de ambos”* (NANDA, 1986, p.35.). Já na história das tribos indígenas norte-americanas, é reconhecida a presença da transexualidade na forma dos two-spirit. Segundo Balsam et al (2004, p. 288), são pessoas que possuem tanto a alma feminina quanto a masculina em um só corpo, e que frequentemente ocupam posições cerimoniais em suas tribos.

Mesmo assim, estas populações não estão imunes ao preconceito. *“Hoje em dia, a maior parte dos ‘two-spirits’ enfrentam opressão homofóbica tanto da sociedade ‘mainstream’ quanto de suas próprias tribos e comunidades”* (BALSAM et al, 2004, p. 288). Já os ‘hijra’ estão bastante ligados à prostituição, e atribuem isto às poucas oportunidades de emprego tradicionais a eles oferecidas, conforme indicado por Nanda (1986, p. 43).

Na cultura ocidental, a homossexualidade é historicamente vista como algo a ser reprimido. Um exemplo

disso na memória de nosso povo é que as mulheres lésbicas precisavam performar e se relacionar dentro dos papéis de gênero, emulando a sociedade heterossexual para que pudessem ocupar as ruas. No Brasil, as mulheres lésbicas exerciam as personagens de ‘sapatão’ e ‘sapatinha’ em um sentido bastante literal: a que interpretava o estereótipo de ‘homem’ da relação calçava sapatos grandes, enquanto a ‘mulher’ era em geral mais esbelta e calçava sapatos de tamanho regular (SILVA, 2012, apud DINIZ, 2013, p. 41).

Já como mostrado no documentário Before Stonewall (1984), que retrata as vivências da população LGBT nos Estados Unidos da América antes da Revolta de Stonewall *“Você era ou ‘butch’ (masculina) ou ‘femme’ (feminina)(...) E era isso, você deveria agir como o homem ou, você sabe, a superfeminina, ou um ou outro”* (BEFORE STONEWALL, 1984).

“Sempre funcionava muito melhor se uma se parecesse com um homem e pudesse se passar por homem, já que diminuíam as chances de encontrar um monte de homens heterossexuais que parariam você, gritariam ‘sapatão, sapatão’ e dariam uma surra em vocês. Então, se você parecesse um homem e tentasse se passar por homem, você estava mais segura” (BEFORE STONEWALL, 1984)

Estes depoimentos nos levam a

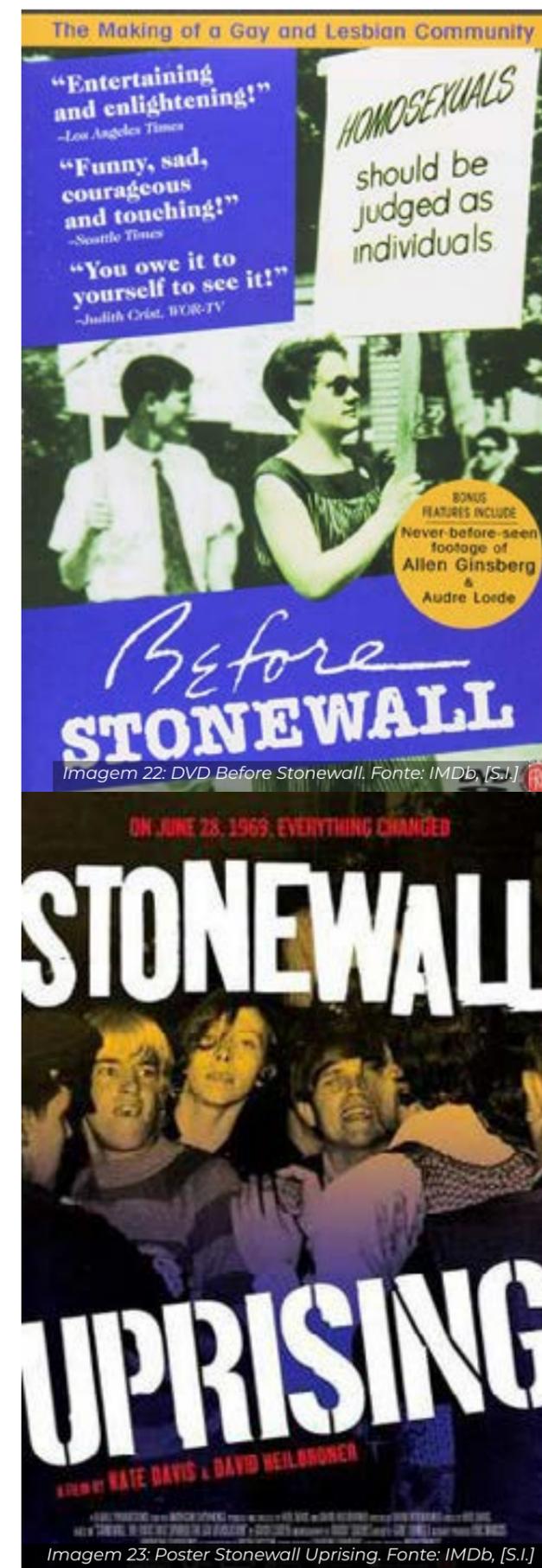


Imagem 23: Poster Stonewall Uprising. Fonte: IMDb, [S.I.]

iniciar a discussão do contexto histórico que motivou a Revolta de Stonewall a ocorrer e tomar notoriedade. Nos Estados Unidos da América, diversas eram as leis que impediam ou limitavam os LGBTs de exercer suas sexualidades e identidades de gênero. Como declarado pelo presidente da Mattachine Society no documentário *The Homossexual* no ano de 1966, *“As leis atuais dão ao homossexual adulto apenas a escolha de ser, para simplificar o assunto, heterossexual e legal ou homossexual e ilegal. Isso para um homossexual não é uma escolha.”* (THE HOMOSSEXUAL, 1966, apud STONEWALL..., 2010, 44m31s)

No ano de 1952, a American Psychiatric Association (APA), em sua publicação *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-I)* (APA, 1952, p. 38-39) classificou a homossexualidade como um distúrbio mental, definição que persistiu no DSM até o ano de 1973. Já segundo o documentário *Stonewall Uprising* (STONEWALL..., 2010), no ano que a revolta ocorreu a homossexualidade era proibida em todos os Estados Unidos, exceto Illinois. Além disso, em 1969 a State Liquor Authority, órgão que controla as permissões para venda de bebidas alcólicas, cassava a licença de estabelecimentos que atendiam clientes abertamente homossexuais. Dessa forma, os bares que recebiam esse público funcionavam, em geral, em regime de ilegalidade. A atividade homossexual era utilizada como argumento para a realização de batidas policiais, ato relativamente comum nestes comércios durante a década de 1960, segundo Armstrong e

Crage (2006, p.724). Apesar disso, bares eram considerados a área de socialização mais importante da vida LGBT após a II Guerra Mundial (Bérubé 1990:271 apud ARMSTRONG, CRAGE, 2006, p.728), pois proporcionavam o encontro de amigos e parceiros sexuais, além de influenciar na formação de identidade individual e de grupo (Kennedy and Davis, 1993 apud ARMSTRONG, CRAGE, 2006, p.728). Por causa da ilegalidade dos atos, mas da constante busca por entretenimento, a máfia americana assumiu o papel de criar locais de entretenimento para as populações LGBT.

“O New York State Liquor Authority tinha uma regra que afirmava que qualquer estabelecimento licenciado que tivesse uma pessoa sabidamente homossexual em seu espaço se tornava ilegal, então ninguém abria lugares em que pudéssemos nos encontrar porque tinham medo que os policiais viessem e os fechassem. E foi assim que a máfia entrou no negócio de bares gay” (STONEWALL..., 2010, 34m31s)

Na época, a segregação socioespacial da população LGBT era mais clara. A esta eram relegados bairros afastados e regiões esvaziadas, ocupadas por populações marginalizadas e praticantes de atividades ilícitas, tais quais prostituição, tráfico de drogas e a própria homo/transsexualidade, até então consideradas crime. Neste

contexto, a configuração do Greenwich Village e do Meatpacking District foram importantes para a população LGBT no contexto da cidade de Nova Iorque. Além disso, a participação da máfia era um fator central na vida social desse grupo.

O Greenwich Village, como relatado por Banes (1993, p. 15-16) passou a ser considerado uma zona boêmia a partir da década de 1960, o que atraiu uma plethora de poetas, escritores, artistas e estudantes de toda sorte. Continua por dizer que o bairro apresentava alto grau de tolerância à diversidade, o que indica que se permitia aos seus frequentadores menos obrigação de conformação aos padrões sociais. Por isso, a cena cultural do bairro era bastante ativa. Assim sendo, representava um microclima menos hostil para público LGBT. Apesar disso, mesmo nestes locais os LGBTs sofriam violência e constantes apreensões.

Já o Meatpacking District, parte da zona portuária do Village, passou por uma fase de intensa industrialização a partir da década de 1870, com a verticalização das edificações residenciais, a construção de uma ferrovia elevada (que, atualmente, abriga o Highline, parque da cidade de NY) e a instalação de indústrias e matadouros. A partir da década de 1960, o bairro sofreu um período de declínio, causado pelas mudanças do mercado, modernização do transporte de cargas, entre outros. Por causa deste esvaziamento, passou a ser ocupado por populações marginalizadas e pela realização de atividades ilícitas, tais quais tráfico de drogas e prostituição, com um foco na população transexual. Além

disso, o local viu o surgimento de uma subcultura LGBT, com diversos ‘clubes sexuais’, práticas sexuais em público, fortalecimento da cultura BDSM, frutos da marginalização da população LGBT e do movimento de libertação sexual.

A região concentrava abatedouros e, por isso, diversos caminhões de carga ali permaneciam. Durante o dia, eram usados como açougues, no empacotamento e distribuição de carne. Já a noite, serviam como locais de encontros sexuais para LGBTs: *“(...)eram os únicos lugares que tínhamos para encontrar uns aos outros, em espaços muito sujos, deploráveis, e ainda assim não podíamos ficar sozinhos, faziam batidas policiais”* (STONEWALL, 2010, 40m53s).

“Heterossexuais legalmente tinham diversos escapes sexuais. Eram chamados hotéis, motéis, caminhos dos namorados, cinemas drive-in, etc. (...) nós (homossexuais) não tínhamos o direito a isso. Exceto por alguns bares comandados pela máfia que permitiam certa socialização, era basicamente proibido. Então tivemos que criar esses espaços, principalmente nos caminhões” (STONEWALL, 2010, 39m03s)

A conjuntura política naquele momento era bastante clara: revoltas de Chicago, pelos direitos da população negra em 1968, lutas pela liberação feminina, movimentos hippie. Nessas, as greves e ocupações da rua tiveram forte importância para a

formação de uma atmosfera que levou à busca pelos direitos civis de minorias: as populações que tipicamente se encontravam marginalizadas, excluídas e silenciadas ocuparam locais que lhe eram negados e conseguiram subverter, em certos momentos, a lógica excludente desses espaços.

“Nós tínhamos pensado nos direitos das mulheres, nós tínhamos pensado nos direitos dos negros, nós tínhamos pensado em todos os tipos de direitos humanos, mas nós nunca tínhamos pensado nos direitos homossexuais e toda vez que éramos chutados de bares antes nós nunca tínhamos nos unido” (STONEWALL..., 2010, 47m11s)

Os depoimentos presentes no documentário Stonewall Uprising mostram o regime de segregação, ilegalidade e exclusão espacial em que os LGBTs se encontravam. Com a limitação dos direitos de ir e vir, a proibição da homossexualidade, as constantes batidas policiais e a aproximação com a máfia, a estes eram reservados espaços de baixíssima qualidade, uma convivência com atividades proibidas.

“Quando eu era jovem, um dos termos para as pessoas gays era ‘pessoas do crepúsculo’, significando que nunca saíamos até chegar a noite, até escurecer. Bares gays eram

sempre nas ruas laterais, fora do caminho em vizinhanças em que ninguém entrava. As janelas eram sempre cobertas” (STONEWALL..., 2010, 33m47s)

b. A Revolta de Stonewall

A Revolta de Stonewall, conforme contada no documentário Stonewall Uprising (2010), foi uma série de revoluções que ocorreram em Nova Iorque - EUA, iniciadas no dia 28 de junho 1969. Como apontado por Armstrong e Carge (2006, p.725):

“Explicar a comemoração de Stonewall é central para entender o porque de sua posição privilegiada na memória coletiva gay. Stonewall não foi o primeiro dos cinco eventos a serem considerados comemoráveis por ativistas. Foi, entretanto, o primeiro evento comemorável a ocorrer em um momento e em um local em que homossexuais tiveram capacidade suficiente de criar um veículo comemorativo - isto é, onde ativistas tiveram capacidade mnemônica adequada. Que estas condições culminaram em Nova Iorque em 1969, e não em outras cidades em tempos anteriores, foi resultado de um processo histórico e político: época e local importaram. A liberação gay

já havia se iniciado em Nova Iorque antes de Stonewall, o que permitiu a ativistas reconhecer a oportunidade apresentada e iniciar a comemoração.” (ARMSTRONG, CARGE, 2006, p.725)

O Stonewall Inn, bar controlado pela máfia, era um dos poucos em Nova Iorque a receber clientes deste grupo. Vendia bebidas ilegalmente, tendo seu funcionamento garantido a partir de um esquema de propinas pagas à polícia nova-iorquina. “O bar em si era um lixo. Mas era um refúgio da rua.” (STONEWALL..., 2010, 36:54). Na noite de 28 de junho 1969, uma batida feita por cerca de seis policiais funcionou como fagulha para incitar a revolta. O estopim foi a tentativa de prisão de uma mulher lésbica “(...)quando saiu, ela brigava com os policiais e tentava fugir. E quanto mais ela brigava, mais os policiais batiam nela, e mais brava ficava a multidão.” (STONEWALL..., 2010, 52m44s). Então, em um esforço conjunto, os LGBTs do bar não aceitaram ser atacados. “Dessa vez, eles disseram “Não vamos”. É isto, não vamos(...) Eles não tinham homens o suficiente. E o grupo do outro lado era como se houvesse uma guerra. E era isso, era uma guerra.” (STONEWALL..., 2010). A multidão começou a jogar moedas nos policiais, passar cantadas, fazer piadas, levando os policiais a fazerem uma barricada dentro do Stonewall Inn.

Com o tempo, a revolta começou a ficar mais violenta e a polícia recebeu reforços, mas a configuração espacial



Imagem 24: O Stonewall Inn em Setembro/1969. Fonte: DAVIS, Diana/NYPL



Imagem 25: Noite de 28/07/1969. Fonte: [S.I.] Daily News Archive.



Imagem 26: A última noite da Revolta de Stonewall, 29/07/1969. Fonte: MORRIS, Larry, 1969.



Imagem 27: Disposição Espacial da região do Stonewall Inn. Fonte: Acervo Pessoal.



Imagem 28: Janela do Stonewall Inn após Revolta de Stonewall, 1969. Fonte: MCDARRAH, Fred.



Imagem 29: Primeira Parada do Orgulho, 1970. Fonte: LAHUNSEN, Kay Tobin/NYPL.

em que se localizava o Stonewall Inn facilitou a resistência do protesto: por ser uma quadra curta, de aproximadamente 400m de perímetro (Imagem 27), no momento que os policiais chegavam aos manifestantes por uma frente, estes corriam e circulavam a quadra, dando a volta e atingindo-os pelas costas; como havia maior número de protestadores do que de policiais, os manifestantes conseguiram criar uma espécie de cerco sobre os policiais, de forma a limitar seus ataques.

“No sábado a noite, lá estava, o Stonewall Inn reabriu, a máfia disse “vão se ferrar, policiais, vocês acham que podem vir e acabar conosco?” (...) E os gays estavam do lado de fora e o clima na rua era de que ‘eles achavam que podiam nos arrebrantar na noite passada e nos proibir de fazer o que queríamos, de estar na rua e dizer sou gay e sou orgulhoso’, mas vamos ver se eles conseguem’. (STONEWALL..., 2010, 1h08m24s)

As revoltas continuaram nos dias que se sucederam, cada vez mais violentas. Havia enfrentamentos entre a tropa de choque e a população LGBT, mas cada vez mais havia apoio popular. O enfrentamento durou três dias e, após isso, os manifestantes continuaram se reunindo, com o objetivo de decidir o que seria feito a seguir. Em uma reunião com cerca de 400 pessoas na prefeitura da cidade, em uma decisão

conjunta, resolveu-se realizar, no ano seguinte, a primeira marcha em protesto pelos direitos LGBT.

A Revolta de Stonewall é um marco na luta pelos direitos dos LGBT, já que representa um dos primeiros levantes desse grupo a ganhar tamanha notoriedade na mídia. Além disso, foi um marco por resultar na tomada do espaço público pela população LGBT, nos dias em que ocorreu. Posteriormente, no ano de 1970, promoveu-se em Nova Iorque a primeira Parada do Orgulho LGBT, em memória do ocorrido no ano anterior. Por isso, o dia 28 de julho se tornou o Dia Internacional do Orgulho LGBT.

c. LGBTs no Brasil

No contexto brasileiro, como apresenta Silva (2003, p.45), a cultura LGBT começou a ocupar ruas em eventos carnavalescos, no Rio de Janeiro, a partir da década de 1930. Isso se deve à “ruptura com o rigor da vida cotidiana” (Silva, 2006, p. 288) que a festa representa. Ou seja, por haver espaços de expressão pessoal mais maleáveis, o carnaval veio como local de libertação para o público LGBT há muitas décadas.

Já na conjuntura da militância, temos a realização das Paradas do Orgulho LGBT como um importante passo para nossa vivência pública. O preconceito e a repressão nos atingiram e ainda atingem cotidianamente. As paradas, neste contexto, surgem como espaços políticos de resistência e existência.

Segundo Trevisa (2006, apud JESUS,

2013, p. 55), “No Brasil, a primeira manifestação pública pelos direitos de LGBT foi uma passeata contra a violência policial, ocorrida em 13 de junho de 1980, na cidade de São Paulo”. Desde então, a atividade tem tomado proporções cada vez maiores, ocorrendo em cidades distintas e com públicos crescentes. Enquanto em 2008, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) estimou que ocorreram mais de 195 Paradas do Orgulho LGBT no país, no ano de 2011 o número subiu para 387, representando um aumento de aproximadamente 50% (ABGLT, 2008, 2011 apud JESUS, 2013, p. 55).

“A principal característica da Parada Gay e dos dias antecedentes a ela é que práticas comumente restritas a ambientes fechados, bares e boates gays, ganham as ruas, onde demonstrações de afeto e carinho entre homossexuais marcam o lugar, o território.

(...)

significa para os homossexuais um dia para extrapolar todo o preconceito e a clandestinidade arraigada em cada indivíduo homossexual. (...) eles se fazem presentes em todos os lugares, mostrando ao mundo sua identidade, gerando uma visibilidade muitas vezes

mal compreendida pela sociedade heterossexual.” (CHIOCCHETA, AVENA, 2006, p. 14-15)

A festa figura, como se observa no texto de Chioccheta e Avena, também como espaço de resistência e expressão de nosso direito à cidade e à liberdade. O fervo¹⁰ é luta. Segundo Braga (2018, p. 130),

“Ocupar as ruas com festa e “botar a cara no sol”, para usar um jargão camp recente, articula as reivindicações de corpo livre e de cidade livre através de um ativismo que opera pela promoção pública da visibilidade. De Stonewall às caves britânicas, da Revolta às festas de rua paulistanas, fervo se torna luta na politização, mesmo que não-planejada, de corpos e prazeres que desafiam as normas dos espaços da cidade.”

O aumento do número de marchas, de frequentadores e a representatividade na mídia brasileira recente são indicativos de que nossa existência ganha reconhecimento e caráter público. Devemos, entretanto, entender que apenas alguns passos foram dados em direção à equidade. Os direitos civis e a garantia de segurança pública são fundamentais em nossas lutas.

Ainda que haja uma legislação relativamente progressista que prevê o casamento igualitário e jurisprudências que facilitam a adoção por casais homoafetivos, o Brasil não criminaliza

a LGBTfobia. Como em diversos outros âmbitos da legislação brasileira, entre a teoria e a prática há um enorme vazio: mesmo com a conquista desses direitos, a violência contra a população LGBT continua a aumentar.

Segundo BOMFIM (2011), até o século XIX, a legislação brasileira previa pena de morte por fogo aos homossexuais. Foi somente no Código Penal do Império de 1830 que a sodomia foi descriminalizada, sendo a primeira nação das Américas a não proibir a homossexualidade. Já durante a ditadura militar, “o Código Penal Militar (...) de 1969, em seu art. 235 criminaliza a prática homossexual em local sujeito à administração militar” (BOMFIM, 2011, p. 81), representando isto a recriminalização da homossexualidade.

Duas resoluções bastante positivas foram aprovadas em âmbito nacional. O Supremo Tribunal Federal decidiu, através da ADI 4277/2011, por equiparar a união estável homoafetiva à heteroafetiva em todo o território nacional. Nesta, afirma que “A Constituição de 1988, ao utilizar-se da expressão “família”, não limita sua formação a casais heteroafetivos nem a formalidade cartorária, celebração civil ou liturgia religiosa.” (BRASIL, 2011, p. 613). Podemos interpretar por esse trecho que religião, valores e crenças pessoais não devem interferir na liberdade individual de realizar união civil, qualquer que seja a sexualidade dos envolvidos.

Já em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a

resolução 175 (CNJ, 2013), que permite a conversão da União Estável Homoafetiva em Casamento em todo o país. Antes disso, os seguintes estados já previam tal ato: Alagoas (2012), Sergipe (2012), Bahia, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Paraíba.

Mesmo havendo legislação que prevê tais atos, sabemos que a condição da população LGBT no Brasil continua bastante instável. Três casos específicos e relativamente recentes são exemplos bastante claros disso.

No ano de 2013, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, então presidida por Marco Feliciano, aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011. A proposta, submetida pelo deputado João Campos, era de que se suprimisse a Decisão 001/1999 do Conselho Federal de Psicologia, que impede a patologização da homossexualidade e a realização de terapias de reorientação sexual. O PDL 234/2011 ficou popularmente conhecido como “cura gay”. Posteriormente, o próprio deputado solicitou a arquivação de sua proposta.

Novamente, no ano de 2017, houve proposta de suspensão da Decisão 001/1999. Tal moção foi aprovada por Waldemar Cláudio de Carvalho, da 14ª Vara Federal do Distrito Federal. O juiz considerou, conforme consta em ata de audiência, que a resolução do CFP é um ato lesivo que restringe a liberdade científica no país (2017, p. 1). Novamente, abriram-se precedentes para a realização da “cura gay”. Ao receber duras críticas, o juiz revogou sua decisão.

¹⁰Fervo: gíria usada no linguajar LGBT para expressar festa, gandaia, bagunça, celebração.



Imagens 30-37: Capturas de Tela de manchetes relativas a Henrique Limongi. Fonte: Diversas.

Conforme reportado por diversos veículos midiáticos (BBC, 2018; CATARINAS, 2017; CONJUR, 2013; ESTADÃO, 2018; G1, 2018; NDOONLINE, 2018; REVISTA FÓRUM, 2018, entre outros) (Imagens 30-37, p. 69), o promotor Henrique Limongi, da 13ª Promotoria da Comarca de Florianópolis impugnou a solicitação de casamento de mais de 100 casais LGBT desde 2015. Seu argumento é de que o art. 226, § 3 da Constituição Federal de 1988 prevê exclusivamente o casamento entre homem e mulher. Por sua conduta, “O Conselho Nacional do Ministério Público (...) decidiu instaurar uma reclamação disciplinar para investigar os fatos. (...) O processo irá correr em caráter sigiloso por ser contra um servidor.” (JUSBRAZIL, 2018). A OAB/SC também lançou nota oficial questionando a posição do promotor (OAB/SC, 2018).

Além das claras tentativas de retirada de nossos direitos tão tardiamente conquistados, vemos que a violência contra a população LGBT aumenta rapidamente. Entre os anos de 2016 e 2017, o GGB apontou em seu relatório anual um aumento de 30% nas mortes de LGBTs por motivação homofóbica no país: o número cresceu de 330 para 445 casos registrados (GGB, 2017; GGB, 2018). Além disso, como anteriormente citado com base nos dados do ILGA, foi a nação com maior número de assassinatos de LGBTs registrados em 2016 (ILGA, 2017). Estas informações, é claro, podem ter certa relação com o aumento do reconhecimento do preconceito como causa dos crimes. Entretanto, é alarmante pensar na probabilidade de haver grande número de crimes de ódio não registrados

como tal. Segundo Silva e Santos (2015, p. 509), “A cidade que “convive” com a “diversidade sexual” dos indivíduos que podem pagar por espaços para ter respeitada sua orientação sexual e identidade de gênero é a mesma cidade que mantém os índices crescentes de crimes homolebotransfóbicos.”

Por mais que a Carta Mundial Pelo Direito à Cidade (2006, p. 02) preveja que “Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação política e religiosa(...)”, sabe-se que este direito não é plenamente desfrutado por nós. A heteronormatividade e a homotransfobia nos impedem de exercer nossas identidades de gênero e sexualidade em diversos âmbitos sociais, sejam eles públicos ou privados. A população LGBT se encontra em posição de fragilidade social, ao ser impedida de ocupar as ruas.

Como podemos, então, garantir mudança que integre esta população de forma equitativa na cidade? Devemos exercer nossos direitos e ocupar o espaço público, buscando equidade de direitos e integração urbana às mais diversas populações da cidade.

“Ocupar a cidade como espaço público e acessá-la em sua totalidade significa a ultrapassagem de um ato meramente pessoal/individual para um processo político, coletivo e de resistência às formas discriminatórias e

ao complexo universo da desigualdade social, que produz e legitima lugares para determinados indivíduos(...)”
(SILVA; SANTOS, 2015, p. 507)

2.3. Direito à Cidade

Raquel Rolnik (1995, p. 16-26) define a cidade sob diversos aspectos: a cidade como imã, que atrai população por oferecer comodidades nem sempre presentes no campo; a cidade como escrita, “(...)que permite que o próprio espaço da cidade se encarregue de contar sua história.(...)” (p. 18); a cidade política, que organiza a vida pública em sociedade e recebe manifestações tanto do poder público quanto do coletivo da população, e a cidade como mercado, fator possibilitado pelo próprio surgimento dos aglomerados urbanos.

Já Lefebvre (1991, p.15) afirma que “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive o confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade”. Esses conflitos urbanos representam a ocupação da cidade por suas distintas populações. Dentre elas estão as que passam por marginalização, tipicamente segregadas, que sofrem as mais diversas formas de preconceito: o racismo, o classismo, o machismo, até a violência de gênero e a LGBTfobia. Busco, nas próximas seções, explorar os temas que concernem a inserção destes indivíduos na sociedade.

Para prosseguir a discussão acerca do tema, apresento a definição contida na Carta Mundial do Direito à Cidade (2006, p. 02-03):

“O Direito a Cidade é definido como o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. (...) supõe a inclusão do direito ao trabalho em condições eqüitativas e satisfatórias; (...) de acesso à seguridade social e à saúde pública; de alimentação, vestuário e moradia adequados; (...) o direito à cultura e à informação; à participação política e ao acesso à justiça; o reconhecimento do direito de organização, reunião e manifestação; à segurança pública e à convivência pacífica. Inclui também o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural, e o respeito aos migrantes.”

Devemos, entretanto, refletir que

nem sempre a existência de bibliografia e legislação que nos assegure direitos garante nossa inclusão e proteção. Isso se dá, em grande parte, pela existência da imagem de um indivíduo considerado padrão. A cidade em que vivemos tende a ser planejada para um cidadão específico: o sujeito-tipo universal.

“O que conhecemos como ‘homem’ e o que conhecemos como ‘mulher’ não consiste em um conjunto de atributos, em um conjunto de objetos predominantemente naturais, mas trata-se, em grande parte, de construções culturais[...]. Segundo o pensamento da diferença sexual, o sujeito do conhecimento não seria um ser neutro universal, mas sexuado, e o conhecimento que esse sujeito pretensamente universal produziu ao longo da história seria somente um conhecimento masculino, no qual nós, mulheres, não nos reconhecemos. Nas sociedades patriarcais, os homens teriam construído sua identidade masculina como única identidade possível, e teriam negado às mulheres uma subjetividade própria” (GARRETA, MILAGROS, 2003 apud MONTANER, MUXI, 2014, p 197-198)

Em teoria este é neutro, sem gênero, sem classe de renda, sem raça e sem convicções políticas. Entretanto, a origem de sua construção e o grupo que ele representa é bastante seletivo. Pode

ser personificado no homem branco, heterossexual, de classe média, sem restrições físicas. Com o processo de industrialização e urbanização, a cidade passa a ser projetada para atender ao sujeito-tipo. Por um viés modernista do planejamento urbano, pretende-se padronizar e criar a cidade-máquina, funcional e setorizada.

“Temos à nossa frente um duplo processo ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” desse processo, inseparáveis, têm uma unidade e no entanto o processo é conflitante” (LEFEBVRE, p. 9)

Todavia, a separação entre locais de lazer, moradia, trabalho, provoca longos deslocamentos e o surgimento de áreas esvaziadas de acordo com a rotina dos cidadãos. Os centros das cidades ocupam importante papel na vida urbana, considerando que reúnem as estruturas de governo, comércio, serviços, vida noturna, além de infraestruturas necessárias para a ocupação urbana. São, por isso, polos atrativos para grupos de toda sorte. Conquanto, bairros afastados e cidades-satélite passam a apresentar deslocamentos populacionais pendulares, visto que funcionam como dormitório e dispõem de menos infraestrutura e menos serviços.

A forma de planejamento urbano aplicada nas cidades brasileiras tende a

criar centros esvaziados. A setorização que afasta o local de moradia do local de trabalho e consumo, o rodoviarismo, a priorização do transporte individual em detrimento do coletivo, a especulação imobiliária, além de outros fatores, faz com que o centro das cidades seja vivo e movimentado em horários comerciais e sofra grande esvaziamento em outros momentos. Além disso, este tipo de planejamento desconsidera a grande diversidade de grupos que habitam a cidade.

Ademais, ao projetar uma cidade para um indivíduo-padrão, o esperado acontece: este é quem se sente pertencente e possuidor da cidade, incluído e apto a exercer plenamente suas funções e, conseqüentemente, ocupar o espaço urbano. Os conflitos urbanos eclodem no momento em que sujeitos fora do padrão - que podem se sentir destoantes e segregados, limitados a guetos ou espaços escondidos - percebem que devem exigir que a cidade também seja sua, que seus direitos sejam cumpridos.

Silva e Santos (2015, p. 510-511) afirmam que o próprio estado, por vezes, institucionaliza e convive com o preconceito e que “Naturaliza-se a violação dos direitos humanos em ambientes que deveriam proteger os indivíduos contra todas as formas de violência e violação de direitos”. Não podemos, entretanto, aceitar a opressão como parte de nossas vidas. O processo de conquista do direito à cidade pelas populações marginalizadas é longo e tortuoso, mas é necessário que

seja percorrido para que atinjamos uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

“A segurança e a percepção da cidade são muito diferentes para as mulheres e para os homens, de maneira que é importante que se conheçam suas experiências ao planejar espaços públicos” (MONTANER, MUXI, 2014, p. 208)

O trecho escrito por Montaner e Muxi, apesar de se referir diretamente ao tema gênero, pode ser aplicado às mais diversas vivências da cidade. Caso se mantenham os pensamentos e as formas de dominação vigentes, o espaço da cidade permanece o mesmo. Por isso, precisamos compreender que a integração dessas populações depende de uma mudança basilar societária (SILVA; SANTOS, 2015, p. 513). Como podemos, então, realizar tal feito? Para Montaner e Muxi (2014, p. 198):

“O desafio consiste em construir um espaço sem gênero nem ordem patriarcal; (...) sem hierarquias, horizontal, um espaço que evidencie as diferenças, e não as desigualdades, um espaço de todas e de todos em igualdade de valoração de olhares, saberes e experiências. O objetivo é ressignificar a construção de nossas cidades a partir da experiência que os homens e as mulheres têm do mundo - duas maneiras de

enunciar a realidade.”

Buscar a integração de populações marginalizadas é tarefa essencial da sociedade como um todo. A transformação virá quando assimilarmos as diferenças dos cidadãos e das cidadãs que formam nossa urbe, e o planejamento urbano tem parte elementar nisso. Não se atinge uma cidade ideal padronizando os indivíduos destoantes, e sim considerando suas distinções e necessidades no momento de planejar a cidade. Isso possibilita maior identificação pessoal do sujeito com o espaço. Para Montaner e Muxi (2014, p. 198), cria-se, também, um senso de pertencimento e de empatia, já que valida e considera em si experiências de grupos bastante variados.

A cidade projetada para o sujeito-tipo modernista não condiz mais com a sociedade atual. Por isso, devemos alterar em seu âmago o planejamento urbano praticado no Brasil, visando a integração de todas as diversidades presentes na sociedade. A cidade deve ser inclusiva e equitativa para todos os seus usuários, sejam eles como forem.

Florianópolis, à época do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuía população total de 421 mil habitantes. Destes, 0,11% vivem em lares declaradamente homossexuais (IBGE, 2010). Esta estatística, apesar de parecer baixa, torna Florianópolis a cidade no Brasil com maior concentração de LGBTs assumidos proporcionalmente à sua população. Este dado, por ter sido coletado há 8 anos e devido à falta de aceitação e reconhecimento LGBT em sociedade que promove respostas enviesadas, provavelmente está bastante defasado. Entretanto, como o Censo Demográfico só é realizado a cada dez anos, representa o dado governamental mais recente acerca do tema.

Florianópolis é altamente explorada pela indústria do turismo, já que possui praias deslumbrantes e natureza exuberante. Além disso, é frequentemente vendida como um polo de atração turística LGBT-friendly, conforme indicado por Ferreira (2012, p. 88).

, conforme documentado por Matheus Faisting em Depois do Fervo - Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido para a graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina - a receptividade se limita a produzir a

imagem de cidade LGBT-friendly, atraindo turistas de alto poder aquisitivo em busca de seu pink money², sem, entretanto, trazer segurança à população LGBT que aqui reside. Ademais, a priorização do transporte individual, a especulação imobiliária, entre outros fatores, fazem com que a região metropolitana seja ocupada de forma desigual e acarretam em uma mobilidade urbana bastante deficitária, excluindo grupos sociais de certas áreas da cidade. Por isso, a acessibilidade ao centro de Florianópolis se transforma em um aspecto tão importante quanto é discutido o direito à cidade e a inclusão social

esta forma, neste capítulo, delimito a minha área de estudo em um recorte da península central de Florianópolis. Eu traço um panorama acerca da ocupação do centro de Florianópolis a partir da sua acessibilidade pelo transporte coletivo e das transformações que vem sofrendo mais recentemente com processos de gentrificação e o aumento da atividade turística na cidade. Além disso, tento entender a importância histórica da cidade à população LGBT, bem como fazer uma crítica à imagem turística LGBT-friendly vendida pelos governos aqui atuantes.

² Pink Money: Moreschi, Martins e Craveiro (2011, p.3) conceituam como o dinheiro proveniente dos consumidores LGBT e afirmam que "Esse poder de compra e de decisão em o quê gastar vem do fato de que os casais gays possuem sua renda não comprometida com despesas comuns encontradas em casais heterossexuais, como (...) educação e saúde de filhos,"

3.1 A Cidade e o Centro

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui a maior parte de seu território localizado em uma ilha de grande diversidade e fragilidade ambiental. A cidade apresenta uma forma de povoamento bastante característica: a configuração espacial da ocupação da ilha de Santa Catarina proporcionou uma capital polinucleada, com conformações específicas em cada uma de suas localidades e sua principal centralidade econômica e política localizada na península central, junto ao seu núcleo fundacional e próxima do continente. Ademais, a região metropolitana, que se estende em cidades-dormitório ao longo da porção continental, motiva deslocamentos pendulares diários intensos que devem atravessar pontes de conexão com a Ilha. Por estes e outros fatores, a mobilidade urbana representa um dos complexos desafios a serem enfrentados no município.

O transporte coletivo de Florianópolis funciona, em teoria, de forma integrada e descentralizada: há seis terminais específicos de integração regional em funcionamento e três desativados, conforme Imagem 8. São eles: Terminal de Integração do Centro (TICEN), da Trindade (TITRI), da Lagoa da Conceição (TILAG), do Rio Tavares (TIRIO), de Santo Antônio de Lisboa (TISAN) e de Canasvieiras (TICAN), do Saco dos Limões (TISAC, desativado), o de Capoeiras (TICAP, desativado) e o do Jardim Atlântico (desativado), que não possui sigla. Os ônibus se deslocam entre

terminais ou internamente aos bairros. Contudo, a integração dos custos das passagens ocorre apenas nos terminais, o que faz com que esta seja precária. De mais a mais, a oferta de transporte coletivo durante os dias úteis é maior que aos fins de semana, ocasionando baixa mobilidade urbana nos períodos não-produtivos ou de lazer.

Já na região metropolitana, não há integração, tendo empresas específicas atuando em cada cidade. Isso causa uma conjuntura complexa: o transporte coletivo acaba por atender o foco específico da movimentação pendular para funções produtivas, diminuindo imensamente a frota que circula aos fins de semana e fora de horário de expediente.

Devido à precarização do transporte coletivo; ao alto custo de passagem e baixa qualidade do serviço; às linhas de ônibus escassas; aos longos trajetos; à concentração de serviços e lazer na região central de Florianópolis, dentre outros fatores, temos um estímulo à cultura rodoviária. Por isso, a capital apresenta sério problema relativo a sua mobilidade urbana.

(...) os indicadores ou mostram estagnação de alguma variável de produtividade do serviço de transporte público, ou redução, como é o caso das viagens realizadas, as quais diminuíram em 11% entre 2004 e 2011.(...)

O aumento de passageiros transportados, em 6%, bem como o Índice de Passageiros por Quilômetro (IPK) e a quilometragem percorrida, em 4%, estão muito aquém do crescimento da frota de automóveis que cresceu 36% e a de motocicletas, em 59%, incremento que, no Brasil, é demonstrativo de incremento de mobilidades cotidianas via transporte particular.

(...)

Entre 2002 e 2011, a frota florianopolitana de automóveis cresceu 36%, contra 48% em São José, 58% em Biguaçu e 60% em Palhoça. Quanto às motocicletas, o crescimento foi ainda maior, com 61%, 65% e 67% respectivamente, para estas cidades, contra 59% em Florianópolis” (COCCO, 2013, p. 8-9)

Os dados apresentados por Cocco são bastante alarmantes. Indicam o sucateamento do sistema de transporte coletivo, bem como a priorização do transporte individual motorizado na região metropolitana de Florianópolis. Os deslocamentos habituais, em horários de pico, tendem a tomar longas horas da população. As pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles, de entrada e saída da porção insular, representam gargalos

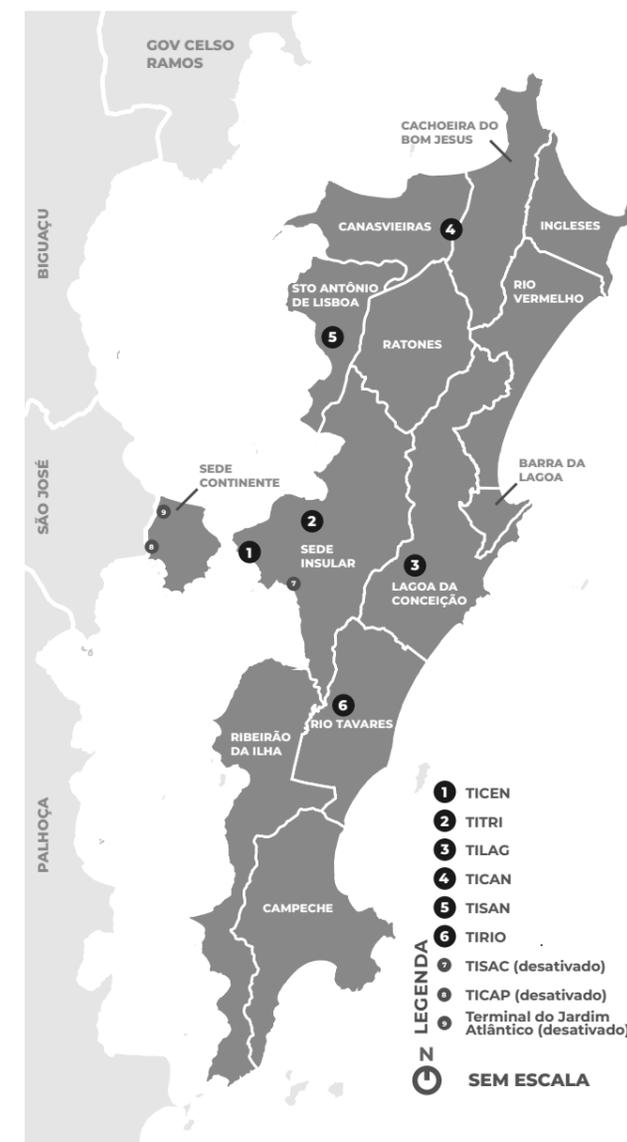


Imagem 8: Mapa de distritos de Florianópolis e de localização dos Terminais de Integração. Fonte: Acervo Pessoal.



Imagem 9: Trânsito na Via Expressa de Florianópolis. Fonte: Flávio Tin/ND, 2017

de escoamento de veículos (Imagem 9). Ocorrem, ali, longos engarrafamentos e trânsito intenso. Não havendo faixas exclusivas para transporte coletivo, o tempo de deslocamento entre ilha e continente se multiplica.

O centro de Florianópolis, local de mais fácil acesso da ilha, é um ponto nodal importante pois conecta as linhas de ônibus metropolitanas e concentra grande parte dos fluxos da região. É um símbolo de diversidade do município, já que é ocupado durante a semana pelos mais distintos grupos. Dispõe de infraestrutura e oferece comércio e serviços para variadas faixas de renda. Sofre, entretanto, um esvaziamento aos fins de semana, a noite e fora de horário comercial. Isso se deve a uma dinâmica de setorização urbana, em que as regiões de comércio e serviços, movimentadas e abastecidas durante o dia, sofrem um despovoamento a noite por haver baixa disponibilidade de uso residencial na área. Movimentos pendulares desnecessários e falta de diversidade de usos motiva a desocupação. Quando o espaço deixa de ser habitado pela sociedade formal é que vemos a sociedade informal ganhando vida. Pessoas em situação de rua se instalando para dormir, artistas de rua modificando a cidade, jovens ocupando os espaços, prostitutas assumindo seus

postos de trabalho nas ruas. Ou seja, o centro de Florianópolis continua sendo a área mais diversa socialmente da cidade.

Entretanto, recentemente o centro de Florianópolis vem sendo objeto de iniciativas de gentrificação³ motivado pelo capital imobiliário, pelo interesse de concentração de lazer para classes de alta renda, pelo investimento em polos tecnológicos, pela especulação de terrenos vazios. Podemos observar isso na região da Pedreira, próxima ao Terminal Cidade de Florianópolis.

“Na área leste do centro de Florianópolis, esses elementos estão bem visíveis, os bares boêmios, o comércio popular, as ruas estreitas e antigas, as edificações neoclássicas em estado de abandono. Um cenário atrativo para o discurso de requalificação urbana

(...)

O clima de “crise” ou decadência do local é usado como incentivador desses planos ditos salvadores. A gentrificação torna-se a

consequência desse discurso, sob o disfarce de “reabilitação”. O que decorre são partes requalificadas da cidade destinadas para públicos específicos, onde não cabem mais vestígios dos problemas sociais das camadas mais carentes da população(...)” (NÓR, CAVANUS E SOUZA, 2018, p. 82)

Anteriormente, a Pedreira centralizava grande diversidade de usos e públicos. Entretanto, vem cada vez mais sendo ocupada pelos hipsters: um padrão de pessoas jovens, em geral brancas, que vivem e empregam-se muitas vezes em setores novos do mercado de trabalho, como informática e tecnologia. Os custos de vida - os alugueis, o valor do lazer, da alimentação, entre outros - se elevam à medida que ocorre a mudança de ocupantes do local. A exemplo, o preço da cerveja nos bares da Travessa Rattclif - ponto da cidade famoso por ofertar arte e samba aos seus ocupantes - atinge um patamar de cerca R\$13,00 por uma garrafa de 600mL. Em um raio de 300m, há alguns bares na Avenida Hercílio Luz que oferecem garrafas de 1000mL de cerveja por cerca de R\$ 8,00.

“Do ponto de vista do acesso à cidade, os indivíduos são tratados com base nas relações concretas nas quais se inserem na produção da sua existência social. Assim, a cidade transformada em mercadoria

pode ser tomada, vendida e territorializada a partir das necessidades do capital para fins de acumulação, sendo que os espaços produzidos mediante estes interesses se constituem como nicho de privatização dos lugares, da sua fragmentação e, também, da segregação sócioespacial” (SILVA, SANTOS, 2015, p. 509)

A gentrificação observada na cidade reflete, também, no turismo. São indicativos disso a oferta de serviços especializados para populações de alta renda em áreas de veraneio, bem como a criação de empreendimentos de alto padrão. O turismo está voltado para aqueles que possuem poder aquisitivo elevado, com custos de aluguel que se multiplicam durante a temporada, atividades de lazer sazonais, oferta oscilante de comércio e serviços, entre outros. A título de exemplo, com a densificação da região norte da Ilha surgem projetos como o loteamento Jurerê Internacional, o hotel Il Campanario Villagio Resort, o condomínio Costão Golf Residence e o hotel Costão do Santinho Resort.

A alta temporada no município se dá anualmente entre dezembro e fevereiro, época em que as praias da cidade são bastante visadas por turistas. Ao descrever Florianópolis, Lins (2007, p. 111-112) afirma que a exploração turística da cidade se desenvolveu a partir de meados da década de 1970. Comenta, também, que - conforme amplamente divulgado pelo marketing turístico do município - a

³Gentrificação: Segundo Bataller (2012, p. 2-3) “O fenômeno fundamentalmente urbano conhecido como gentrificação consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, (...)”

Caracteriza-se normalmente pela ocupação dos centros das cidades por uma parte da classe média, de elevada remuneração, que desloca os habitantes da classe baixa, de menor remuneração, que viviam no centro urbano.

O deslocamento vem acompanhado de investimentos e melhorias tanto nas moradias (que são renovadas ou reabilitadas) quanto em toda a área afetada, tais como comércio, equipamentos e serviços. Isto implica, portanto, mudanças no mercado de solo e habitacional, de modo que desempenham um papel decisivo os agentes do solo(...).”

base natural da região, com suas diversas praias e belas paisagens, somadas ao patrimônio cultural de origem açoriano-madeirense, atraiu ao longo dos anos uma miríade de turistas, tanto brasileiros quanto estrangeiros. Assim, “(...)observa-se que a área exibe uma verdadeira constelação de agentes cujas atividades têm o turismo como centro de gravidade” (LINS, 2007, p. 111)

Considerando-se que a natureza é o principal atrativo da cidade, a falta de cuidado com esta pode comprometer o interesse turístico.

“Em Florianópolis, como já indicado, a atratividade se estriba basicamente na excelência dos recursos naturais, as praias em primeiro plano. Portanto, em quaisquer circunstâncias, o comprometimento da balneabilidade é sempre sinônimo de ameaça ao turismo, tanto quanto de degradação da qualidade de vida dos habitantes, de uma maneira geral.” (LINS, 2007, p. 115)

A oferta de turismo, que vai de encontro à escassez de planejamento turístico, nos leva a um cenário em que o produto vendido não se sustenta. Enquanto o setor hoteleiro e o próprio município promovem o turismo intenso, a falta de investimento em infraestrutura e de medidas governamentais acaba por causar uma situação urbana bastante desfavorável. O

surgimento de grandes engarrafamentos, a dificuldade de deslocamento, a piora na balneabilidade, as frequentes quedas de energia e faltas d’água são alguns dos fatores agravados com a alta temporada. Estes atingem não só a população residente, mas também aqueles que aqui se instalam para veraneio.

“Se o entusiasmo demonstrado com a “venda” do produto turístico fosse estendido à preservação da qualidade deste, desdobrando-se em ações que denotassem amplitude de visão para além do curto prazo e zelo para com o patrimônio coletivo (...) uma verdadeira governança poderia ser desenhada. Contudo, até agora isso parece esbarrar em grandes dificuldades para a aglutinação dos atores centrais, como o empresariado turístico e o vinculado a setores de apoio, em torno de objetivos comuns, não obstante o funcionamento de instituições que representam os seus interesses (LINS, 2007, p. 116)

Para mais, o município acaba por concentrar a atividade turística em apenas um ramo de atuação. Mesmo investindo fortemente no marketing turístico, não se divulga a vida urbana na capital. Pouco se propagandei outros atributos da cidade, como museus, espetáculos, arquitetura, vida noturna e demais atividades culturais. Tendo como

sua faceta mais forte a natureza, o turismo florianopolitano é sazonal, concentrado no período do verão.

“Gerir o turismo urbano remete, inevitavelmente, à busca pela compreensão dos processos de reestruturação e valorização do espaço urbano, com os desafios de uma economia globalizada e competitiva, verificados em um espaço dinâmico, como o espaço urbano em questão” (SIVIERO, 2006, p. 53),

A diversificação dos atrativos poderia motivar maiores fluxos turísticos, bem como aumentar os lucros da atividade nos períodos de baixa temporada. Intervenções artísticas e programas de valorização da vida urbana na capital têm potencial de aumento de qualidade de vida não só para seus cidadãos, mas também para aqueles que visitam.

Outra faceta propagandeada na Ilha de Santa Catarina é a da cidade turística LGBT-friendly. A diversidade divulgada pelos governos que comandam Florianópolis, no entanto, acaba por atender uma população bastante específica. Esta ‘pluralidade’ apresentada parece ser rasa, visto que seu alto custo inibe a participação popular e limita o acesso. Os interesses capitalistas e a integração social acabam, novamente, por tomar posições de oposição entre si. O mercado constitui o direito à cidade apenas para aqueles que podem comprá-la, e a isto não escapa a população LGBT. A seguir,

exploro o tema da vitalidade LGBT em Florianópolis.

3.2 A Vitalidade LGBT

A cidade de Florianópolis é, há muito, considerada destino essencial para o turismo LGBT brasileiro. Já na primeira edição do jornal “O Lampião da Esquina” (Imagem 10) - periódico voltado para o público homossexual entre os anos de 1978 e 1981, um marco da imprensa LGBT brasileira - o município é retratado como destino maravilhoso para homossexuais. Ocorrem diversas menções à cidade em edições posteriores (Imagens 11-13) da mesma publicação.

“Em uma época muito mais conservadora de valores religiosos e moral normativa, Florianópolis era conhecida como um espaço aberto às sexualidades dissidentes. Ou ao menos “mais aberta” em termos relativos para a época.” (PIRES, 2015, p. 26).

Apesar de serem escassos os registros históricos acerca da comunidade LGBT de Florianópolis, Marco Aurélio da Silva (2003) remonta parte da memória dos espaços de homosociabilidade, baseando-se em relatos de pessoas que aqui vivem desde os anos 1970.

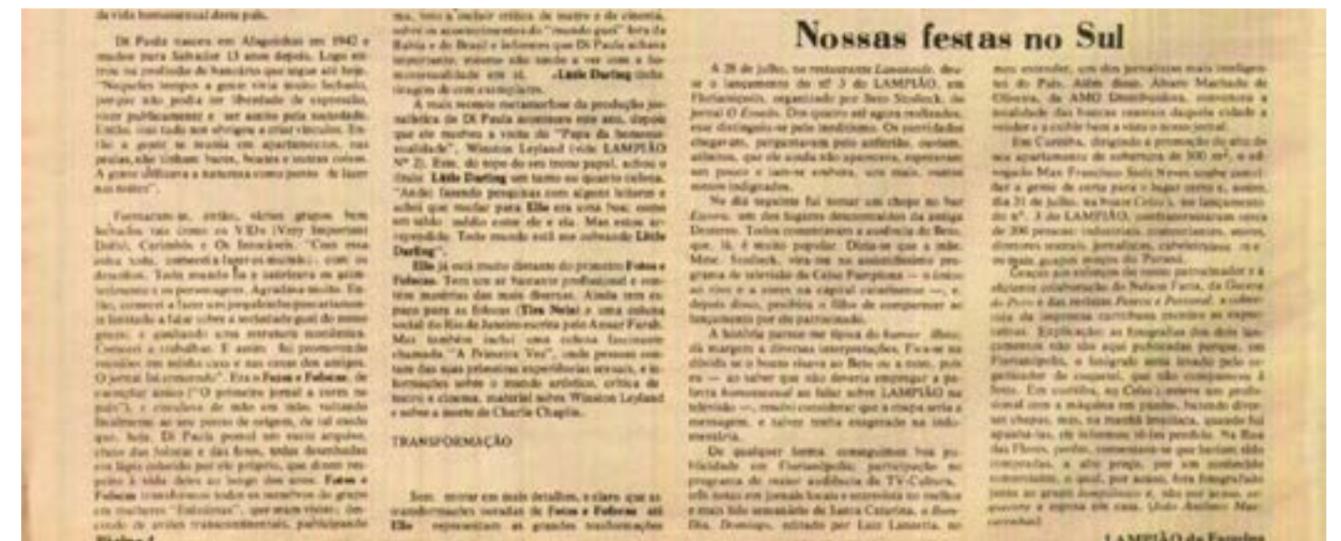
“(…) foi a partir desse período que começou a se configurar uma série de espaços de sociabilidade destinado a (...) vivências homoafetivas na Ilha de Santa Catarina, o que de

certa forma acompanha uma tendência nacional.” (SILVA, 2003, p. 41)

O autor continua por dizer que a busca por visibilidade, a exploração comercial e o desenvolvimento da subcultura gay começam a se fortalecer na Ilha de Santa Catarina na década de 1980, com o surgimento de bares e boates destinados a LGBTs.

Marco Aurélio (2003, p. 42) identifica que *“a Praça XV era, entre as décadas de 1970 e 80, um espaço em torno do qual se formavam os primeiros territórios gays da cidade”*. Aquele espaço público e seu entorno, com vielas escuras e estreitas, além de quatro cinemas na área, eram palco para encontros sexuais. Durante a noite, era ocupada por travestis que se prostituíam, michês e homens gays, ali em busca dessas interações. Além da Praça XV, outras áreas figuravam na ocorrência de contatos homoeróticos: a região do Mercado Público; o Aterro da Baía Sul; o Terminal de Ônibus Urbano, popularmente chamado “Terminal Velho”; a Beira-mar Norte, além de praias tais quais a Joaquina, a Praia Mole e a Lagoa da Conceição.

Apesar de serem identificados como locais de homosociabilidade, isso ocorria em recortes de momentos. Principalmente em período noturno, os contatos e flertes iniciais ali se realizavam. O ato sexual, em geral, ocorria em espaços mais discretos.



Imagens 10-13: Recortes do Lampião da Esquina referentes a Florianópolis, Edições 0, 3, 4 e 6. Fonte: Lampião da Esquina/Grupo Dignidade.

Em outras horas do dia, tinha diversidade de público e de ocupações. Com o passar do tempo e através do carnaval, alguns territórios da cidade “começaram a ser identificados popularmente como territórios gays, apesar de não serem exclusivos desse público.” (SILVA, 2003, p. 45). Ao se referir ao carnaval de rua de Florianópolis, Silva (2003, p. 3-4) descreve:

“O pedaço inclui bares, boates, um shopping, praias e uma avenida no centro da cidade, formando um roteiro de territórios GLS que tem seu “coração” no chamado carnaval do Roma. A festa que começou a ser realizada nos anos 70, ao redor do bar Roma, localizado, na Avenida Hercílio Luz, reunia artistas, jornalistas, intelectuais e adeptos da contra-cultura e, sem deixar de abrigar esses grupos, foi aos poucos se tornando o centro do carnaval GLS da cidade.

No final dos anos 80, a prefeitura passou a organizar a festa - que até então acontecia de forma livre, junto com outras manifestações do carnaval de rua -, através da colocação de palco com banda ao vivo. Já na década seguinte, esse espaço começou a ser divulgado na mídia pela Secretaria Municipal de Turismo com enfoque maior em suas características GLS.”

Continua por dizer que:

“O carnaval como uma festa que traz a possibilidade de visibilidade para determinados comportamentos, repete parte da história recente da homossexualidade no Brasil. Foi através do carnaval, ainda nos anos 30, no Rio de Janeiro, que espaços públicos começaram a ser ocupados por manifestações gays explícitas” (SILVA, 2003, p. 45)

Na década de 1980, surgem os primeiros bares e boates declaradamente voltados ao público LGBT (Imagem 16). São eles o Maçã Verde, o Masmorra e o Opium, todos no centro de Florianópolis. Ademais, nessa década o Bar do Roma e seu carnaval também passam a ser entendidos como espaços LGBT. Já os anos 1990 vêm com a criação de diversos empreendimentos propícios para a sociabilização LGBT, bem como o surgimento do PopGay em 1993. O evento carnavalesco, já tradicional para nós, LGBTs, conta com apresentações de cantoras pop, shows e concursos de fantasia e de beleza de drag queens, dentre outras formas de entretenimento voltado para o público.

Desde os anos 1970 até a atualidade, com a conquista de visibilidade do público LGBT, novos movimentos ganham o espaço urbano. Manifestações em prol dos direitos LGBT passam a ser cada vez mais comuns e populares. Em Florianópolis, é o caso das Paradas LGBT, ou Paradas da Diversidade.

Segundo Queiroz (2014, p. 2-3), a primeira Parada LGBT ocorreu na cidade de Florianópolis no ano de 1999. Teve adesão de cerca de 100 pessoas. O autor explica que “(...) de acordo com o que foi divulgado era grande o medo de ser vista/o por “chefe, pelos pais, pelos colegas de trabalho” em uma parada de orgulho gay.” (p. 2). Por isso a passeata teve público reduzido, em sua maioria dentro de carros. Um de seus organizadores, entretanto, considera que o evento foi um sucesso, por reunir tanta gente “numa cidade em que ainda é difícil assumir publicamente uma orientação sexual que não seja a hetero” (p. 3).



Imagem 14: Carnaval do Bar Roma, 198?. Fonte: S.I.



Imagem 15: Boite Chandon, 198?. Fonte: S.I.



Imagem 16: Mapa de Bares e Baladas LGBT, 1970-2003, de acordo com SILVA, 2003. Fonte: acervo pessoal

“O que foi veiculado leva a crer que, em 1999, buscava-se a possibilidade de visibilidade, por meio de acesso, permanência e manifestação em um espaço público hostil a desejos, práticas e afetividades homossexuais. Paradoxos vivenciados entre o medo de ser visto e o desejo de ser reconhecido: a reivindicação de visibilidade por meio da manifestação pública da existência coletiva de um grupo invisível atravessava as poucas falas divulgadas então. O delinear de zonas limítrofes entre o aceitável e a ameaçadora presença de seres e práticas relegados à impossibilidade, de corpos e sujeitas/os deslegitimadas/os(…)” (QUEIROZ, 2014, p. 3)

Diversidade”. Ele aponta para a instalação de uma Casa da Diversidade na antiga Câmara dos Vereadores do município de Florianópolis durante o período. O prédio, que vinha sendo utilizado por uma série de outros eventos, foi transformado em um espaço temporário de informação, visibilidade e apoio aos LGBTs da cidade.

“Segundo relatos de organizadores a criação da “Casa da Diversidade” na antiga sede da Câmara de Vereadores pretendia visibilizar, bem na região central da cidade, nas imediações da Praça XV, a uma população que sempre tinha se relacionado e “existido” de forma marginal no centro da cidade, principalmente nas imediações do centro histórico, de modo a evidenciar para a população e para o governo local a significância política dessa População LGBT” (FERREIRA, 2012, p. 96-97)

A parada, entretanto, trouxe discussões acerca de seu foco. Era “compreendida por (...) empresários como parte dos esforços para a especialização do turismo do segmento GLBT” (FERREIRA, 2012, p. 92), e visava o lucro para seus patrocinadores. Era realizada em média temporada como forma de movimentar a economia turística da cidade em épocas fora dos picos turísticos. No entanto, críticas de ativistas do período trazem à tona o caráter exploratório do evento.

“Os ativistas geralmente encaram esta concepção dos empresários a respeito da Parada como uma “manobra oportunista” para movimentação econômica do mercado GLS local, preocupados unicamente com os fluxos financeiros provindos do turismo na região, desconsiderando os esforços do ativismo em realizar um evento comemorativo da “diversidade” que fosse uma espécie de palco para visibilizar as reivindicações por direitos para os LGBT.” (FERREIRA, 2012, p. 92)

Ambos os argumentos são fundamentados. As paradas da diversidade, por seu teor político, têm uma função social de luta por direitos. No entanto, a extrapolação da clandestinidade e das restrições impostas aos indivíduos LGBT (CHIOCCHETA, AVENA, 2006, p. 15) também são uma importante faceta do evento. Poder exercer nossa sexualidade e gênero em ambientes públicos e celebrar a existência LGBT é parte de nossa militância. Assim, o apoio do empresariado e a oferta de entretenimento LGBT-friendly também são necessários.

Além da história da inserção urbana LGBT em Florianópolis, continuo por explorar outras facetas dessa vivência no município. Uma delas é a imagem turística da cidade. O público LGBT é bastante visado pelos empresários, já que “eventos e equipamentos (...) direcionados ao

público gay (...) propiciam uma demanda considerável de pessoas que buscam (...) incursões sociais (...) mais próximas de suas subjetividades” (LANZARINI, RIAL, 2010, p. 9). Assim, ao próprio governo investe em planos de ação e divulgação que criem turismo para nós.

“A Ilha de Santa Catarina tem sido palco de importantes acontecimentos direcionados ao público LGBTTT por conta, principalmente, de eventos e da publicidade que se produz a respeito do lugar como espaço homosocial, com o apoio de órgãos fomentadores do turismo brasileiro e do turismo GLS nacional e internacionalmente.” (LANZARINI, RIAL, 2010, p. 9)

“O fluxo turístico no período do carnaval se intensifica (...) Nos últimos anos o próprio governo tem fomentado iniciativas de especialização e políticas públicas para incentivo do turismo interno e externo ao estado e empreendimentos se especializaram para acolher a demanda turística crescente. O empresariado GLS não fica atrás em sua especialização e no período de carnaval as casas noturnas realizam festas temáticas especiais, as agências de viagem organizam pacotes direcionados ao lazer e desfrute do carnaval e das

belezas naturais da região e as pousadas e hotéis ficam repletas de turistas.” (FERREIRA, 2012, p. 89-90)

Algumas políticas públicas de fomento ao turismo LGBT foram lançadas pela Prefeitura de Florianópolis. No ano de 2012, durante o governo Dário Berger, foi desenvolvido o I Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT. No mesmo ano, com apoio do Ministério do Turismo, da Embratur e de outros órgãos públicos do ramo, a cidade sediou a maior convenção de turismo LGBT do mundo (BRASÍLIA, 2012). O International Gay and Lesbian Travel Association (IGLTA) realizou aqui sua 29ª edição do Annual Global Convention, primeira edição na América Latina. Segundo a IGLTA, o evento contou com participantes de 23 países, com apresentações do Google e da IBM (IGLTA, 2013, p. 05). Fica claro o esforço da capital em criar conexões e divulgar o turismo LGBT em Florianópolis e no Brasil

Já em 2016, sob o governo Gean Loureiro, a cidade instituiu o Conselho Municipal de Direitos LGBT através da Lei 10018/2016, se tornando a primeira cidade no estado a ter essa comissão. Tem por atribuição garantir a inclusão dessa população em diversos âmbitos da cidade, desde a saúde, a participação social, o combate à LGBTfobia, até o lazer. No ano de 2017, é lançado o II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros – LGBT.

“Nos últimos anos a prefeitura de Florianópolis resolveu “urbanizar” a diversas regiões do centro da cidade, incluindo entre elas a Avenida Hercílio Luz, tradicional local onde desfilavam durante o carnaval os diversos “blocos do sujo” e onde ocorria também o carnaval gay e o “Concurso Pop Gay”. (...) A região também é mencionada (...) como um dos espaços de sociabilidade homoerótica (...) Depois de um longo processo de “urbanização” da Avenida Hercílio Luz a prefeitura considerou por bem transferir o carnaval gay do Roma e o “Concurso Pop Gay” para Praça da Bandeira (...) A modificação foi encarada por parte da população LGBT da cidade (...) como uma descaracterização de ambos os eventos. Marcos Aurélio da Silva nota que o carnaval gay da cidade era parte de uma série de territórios marcados por sociabilidades GLBT no contexto do centro de Florianópolis.” (FERREIRA, 2012, p. 88)

Por esse trecho escrito por Ferreira, é notável que a prefeitura assume e comercializa a imagem da cidade como polo LGBT-friendly de maneira rasa, uma fachada mantida para fins econômicos. Como já mencionado na introdução do capítulo, o documentário Depois do Fervo, produzido por Matheus Faisting,

traz depoimentos que indicam que a receptividade do município é limitada, visando o lucro do turismo, a obtenção do pink money. Dentre os depoimentos (DEPOIS DO FERVO, 2018), os LGBTs residentes relatam que mostram que pouco apoio governamental é oferecido. Com uma polícia despreparada que se recusa a incluir menção à LGBTfobia em boletins de ocorrência; saúde pública sucateada, que discrimina e segrega a população trans; administração pública que limita a visibilidade de movimentos LGBT ao proibir a ocorrência de nossos eventos em áreas de alta renda da cidade, e uma população conservadora e preconceituosa, que nos julga e nos agride, a vivência LGBT no espaço público de Florianópolis é bastante difícil.

“Se o fato de haver um número considerável de lugares, que formam o que apresento aqui como pedaço GLS, tem sido entendido por esses frequentadores como um indício de um “paraíso para gays”, há uma outra faceta da cidade que mostra que nem todos os espaços são receptivos a manifestações de um comportamento que possa ser identificado como “homossexual”. A violência contra pessoas que vivenciam experiências homoeróticas não foge do que acontece em outras cidades brasileiras, como pode ser exemplificado em relação à atitude de alguns setores para



Imagens 17 e 18: Vencedora do Concurso PopGay 2018. Fonte: Marco Favero

Imagem 19: O Público do Concurso PopGay 2018. Fonte: Divulgação/Skol

com os travestis da cidade.”
(SILVA, 2003, p. 48-49)

Ações contraditórias aparecem para reforçar o caráter dúbio do apoio governamental oferecido. No ano de 2017, por exemplo, a 11ª edição da Parada do Orgulho LGBTQ+ de Florianópolis foi adiada menos de um mês antes de sua realização. Segundo nota da Comissão Permanente de Organização do Mês e Parada do Orgulho LGBTQ+ (CPOLGBT, 2017), por decisão do prefeito, o evento não poderia ocorrer no local planejado. Mesmo com a maioria dos 22 alvarás necessários já liberados, bem como o apoio do SETUR e do IPHAN, o grupo recebeu uma comunicação do prefeito Gean Loureiro que impedia a realização da marcha na Beira-Mar Norte, liberando apenas a Beira-Mar Continental. Os argumentos do governante eram de que não havia contingente policial, nem verba para o pagamento de hora-extra para estes. A organização do evento se dispôs a arcar com os custos, mas recebeu resposta negativa da prefeitura. Com a proposta de mudança de local, os patrocinadores da Parada do Orgulho LGBTQ+ retiraram seus apoios. O evento, que aconteceria em setembro, foi realizado em novembro de 2017, sem apoio da prefeitura e com poucos patrocínios.

Apesar de vendida como LGBTQ-friendly, esta imagem da cidade é bastante frágil. Como podemos observar, o marketing não cria uma base forte o suficiente para que Florianópolis se estabeleça como uma cidade de fato receptiva a LGBTQs. Precisamos de ações efetivas em prol de

nossa comunidade, para que tenhamos vidas mais plenas e em pé de equidade entre os diversos agentes sociais. Nesse contexto, as Organizações Não-Governamentais que atuam no município são deveras importantes. Buscando conhecer a atuação destas no município, entrei em contato direto com o Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos e com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). Relato as conversas a seguir.

3.3 As ONGs: entrevistadas

Para entender a história do apoio às populações segregadas no município de Florianópolis, realizei entrevistas com psicólogas que trabalham nas Organizações Não-Governamentais (ONGs) Instituto Arco-Íris e Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). Para preservar suas identidades, nomeio-as pelos pseudônimos Bruna e Maria. As entrevistas se deram na forma de conversas informais, sem a gravação do conteúdo. Entretanto, tomei notas durante o processo e busquei guiar as duas conversas a partir dos seguintes questionamentos:

- 1) O que é?
- 2) Como trabalham?
- 3) Como se lida com o

acolhimento das populações de alta vulnerabilidade?

4) Qual o Enfoque do grupo e sua relação com a saúde pública?

5) E com a população LGBTQ?

6) Qual a percepção delas sobre o Espaço Público e o Direito à Cidade da população atendida pelo instituto?

7) Qual o impacto da gentrificação da Pedreira na presença do instituto? (Específica para o Instituto Arco-Íris)

8) Qual a relação do Instituto com profissionais do sexo? (Específica para o Instituto Arco-



Imagem 20: Mapa de localização das ONGs. Fonte: acervo pessoal

Íris)

9) Qual a percepção sobre o local em que se insere, considerando a presença de órgãos governamentais no mesmo edifício? (Específica para a ADEH)

Os relatos são narrados ao longo do texto sem, entretanto, transcrever as entrevistas. A seguir, trago as informações coletadas na forma de texto descritivo, além de algumas referências bibliográficas e informações acerca surgimento das duas ONGs.

a. Instituto Arco-Íris

A primeira entrevista foi realizada no dia 30/10 com Bruna, que trabalha no Instituto Arco-Íris. Segundo o relato, a instituição foi fundada há 22 anos, em 1997. Está localizada no cruzamento entre a Travessa Rattclif e o Calçadão João Pinto, em um casarão pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina. NÓR, CAVANUS e SOUZA (2018, p. 77-78) informam que está “na parte mais antiga do centro fundador(...) chamada (...) “Pedreira” e que tem suas primeiras ocupações datadas do século XVII.” De acordo com entrevistada, a edificação foi construída no fim do século XIX.

O grupo, que foi originado a partir da ADEH, surgiu da militância do HIV/AIDS. Além disso, Bruna afirma que o projeto deu origem à ONG Estrela-Guia, que tem enfoque no acolhimento de profissionais do sexo. A iniciativa da equipe consistia na distribuição de Kits de Prevenção

e Redução de Danos para populações em alto risco de contágio pelo vírus HIV/AIDS. Os kits contavam com seringas e agulhas descartáveis, para evitar compartilhamento e transmissão entre populações usuárias de drogas. Além disso, a distribuição de preservativos também foi bastante importante no controle da transmissão sexual do vírus.

Desde então, o Instituto Arco-Íris tem trabalhado com populações em situação de vulnerabilidade social. Tem enfoque principalmente nos seguintes grupos: Carcerários; Pessoas em Situação de Rua; Pessoas com Distúrbios relacionados à Saúde Mental; Profissionais do Sexo, e Usuários de Drogas. Desenvolvem projetos acerca do estudo de Penas e Medidas Alternativas, oferecem cursos de capacitação que propiciam a ressocialização da população carcerária, propõem projetos artísticos, realizam exposições de filmes e rodas de conversa. Têm, também, ligação com os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da cidade de Florianópolis e realizam o acolhimento e o encaminhamento da população de rua junto à rede de saúde mental do município. Durante o diálogo, Bruna reforçou a importância do Instituto na criação de uma rede de apoio, que possa auxiliar pessoas em situação de fragilidade.

Atualmente, são realizadas oficinas semanais de Artesanato; Cerâmica; Informática; Economia Solidária; Cestaria/Tapeçaria; Teatro; Redução de Danos, além do Bailinho dos CAPS e da aula de Yoga. Há, também, um Baile Vogue⁴ aos sábados, voltado à população LGBT.

Segundo a entrevistada, o casarão em que se instala o Instituto passou por processo de ocupação, já que estava ocioso. Apesar de haver um acordo verbal com a reitoria da UFSC para que o Instituto continue ali instalado, a situação é instável. Como anteriormente mencionado, a região passa por um processo de gentrificação. Start-ups⁵ e empresas de tecnologia buscam locais para se instalar, e a edificação do Instituto Arco-Íris é um dos alvos visados. Além disso, devido à precarização do espaço por falta de verba e de manutenção, há risco físico a seus ocupantes.

Bruna, quando questionada a respeito, reforça a dificuldade em manter a ONG funcionando. Em protesto às tentativas de remoção do grupo, manifesta descontentamento através da afirmação de que “a cidade não é para todos”. Nessa nota, a entrevista terminou com uma breve discussão a respeito da ocupação desigual do centro de Florianópolis.

b. ADEH

A segunda entrevista foi realizada no dia 07/11/2018, com psicóloga da ADEH, doravante chamada pelo pseudônimo Maria. A conversa foi agendada para as 14h e sofreu uma hora de atraso, devido a uma situação de acolhimento ocorrida no dia.

A ADEH, segundo o portal online da instituição, foi fundada na cidade de Florianópolis em 1993. Realizava ações relacionadas à saúde de travestis e transexuais em situação de prostituição, com enfoque no HIV/AIDS. “Em 1995, com o falecimento de Clô, presidenta da Associação, em decorrência de conflito com policiais enquanto realizava distribuição de preservativos e outros materiais, houve uma dispersão de membros da instituição” (ADEH, 2013).

A partir de uma reestruturação, em 1999, a instituição volta à ativa, com trabalhos ainda focados em saúde. Desde então, há oferta de acolhimento, acompanhamento e informação para a população TLGB da cidade. O grupo busca criar uma rede de apoio, fortalecer os vínculos e desenvolver senso de comunidade. Disponibiliza assistência psicológica e jurídica para a população LGBT e para mulheres vítimas de violência doméstica, além de realizar eventos culturais, rodas de conversa, projetos de capacitação e profissionalização, entre outros.

Segundo a entrevistada, a ADEH não tem apoio governamental, necessitando de doações e parcerias para manter seu funcionamento. Já sua equipe, apesar de ser constituída por voluntários, é fixa. Busca-se, através deste vínculo, que as pessoas permaneçam envolvidas nas

⁴**Baile Vogue:** Como apresentado no documentário *Paris Is Burning* (1990), os Bailes Vogue se fortaleceram na cultura estadunidense há cerca de 40 anos e, desde então, ganharam popularidade pelo mundo. São marcados por vestimentas, estilo, danças e desfiles, em que se escolhem os melhores de cada categoria. Segundo a entrevistada do Instituto Arco-Íris, no Brasil, a prática surge dentro das prisões: homens carcerários homossexuais recebiam revistas de cunho sexual heterossexual. Devido à falta de interesse, usavam-nas para confeccionar vestidos e realizar desfiles dentro dos presídios. A prática assumiu importante posição na contracultura, por representar uma expressão de gêneros e sexualidades desviantes.

⁵**Startup:** pequenas empresas, geralmente de tecnologia, cujos custos de manutenção são baixos e os lucros, altos

atividades da instituição. Tem parceria com o curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, recebendo estagiários que realizam atendimentos e acolhimentos à população LGBT do município. Atualmente, tem como coordenadora geral Lirous K'yo Fonseca Ávila. Assistente social formada pela UFSC, em 2018 Lirous recebeu a Medalha Antonieta de Barros, mérito concedido a mulheres que tiveram relevância na luta em defesa dos direitos da mulher catarinense.

Na entrevista, foram explorados temas sobre a experiência dos territórios pelos diferentes sujeitos que ocupam a cidade. Ao conversarmos sobre o ocorrido antes do início da entrevista, Maria comentou o caso. Quando a encontrei, ela estava conversando com uma mulher ao lado da porta da instituição. A estudante, ao tentar ir ao sanitário na UFSC, sofreu transfobia⁶. Por isso, estava sem usar o banheiro desde o período da manhã, quando saiu de casa. Ao chegar na ADEH, onde pretendia ir ao WC, se deparou com a instituição fechada. Pediu a Maria para que esta a acompanhasse até o banheiro do Bob's, restaurante fast-food na rua Trajano. Lá, relatou este processo à psicóloga, que lhe estendeu o acolhimento possível naquele momento.

Ao comentar o ocorrido, Maria aponta

que, no centro da cidade, os relatos de inúmeras transexuais são de que poucos são os banheiros públicos disponíveis a estas. Os únicos citados na conversa foram o da ADEH, o do TICEN e o do Bob's, havendo risco de preconceito nos dois últimos. Isto é indicativo claro da falta de inclusão por que passam estes homens e mulheres de identidade de gênero⁷ não-conformante.

Contudo, a ausência de banheiros é apenas um dos fatores limitantes experienciados por essa população no espaço público. Ao se referir à população trans, Maria afirmou que muitos dos que poderiam receber acolhimento da ADEH deixam de visitar a instituição por receio: a falta de passabilidade⁸ ao ocupar o espaço público é profundamente restritiva, já que o medo de sofrer transfobia sobrepõe a necessidade de amparo. Ou seja, o ponto de apoio que a ONG representa deixa de ser experienciado devido à violência e ao preconceito contra os corpos trans no espaço público.

Também discutimos as sociabilidades trans, frequentemente vividas em territórios limitados. Grande parte desses indivíduos não têm acesso pleno à urbe, buscando espaços seguros para exercerem suas identidades de gênero. Para reverter este quadro, Maria informou que a Associação busca realizar pequenas

intervenções que façam com que a população trans se sinta segura e incluída na cidade. Assim, promove atividades culturais gratuitas como um curso de teatro desenvolvido, em parceria com o SESC; o Coral Transfônico, formado apenas por pessoas trans; rodas de conversa de Pais de Familiares de LGBTs; distribuição de cestas básicas; projetos de capacitação e economia solidária voltados para a população trans, dentre outros.

Ocorrem, também, os eventos chamados OcupADEH: idas em grandes grupos TLGB a shows, espetáculos, exposições, eventos que debatam as vivências desse público. A exemplo, em 2016 a ONG entrou em contato com a Universal Studios do Brasil e conseguiu colocar em cartaz em dois cinemas da região metropolitana de Florianópolis o filme A Garota Dinamarquesa, que conta a história de Lili Elbe, uma das primeiras mulheres transexuais a passar por uma cirurgia de redesignação sexual, na década de 1920. Além disso, a instituição propiciou a distribuição de mais de 50 ingressos para a exibição de uma das sessões do longa, dando gratuidade a transexuais, travestis e não-binários⁹.

Ao discutir a relação de entidades governamentais com a ONG, a entrevistada afirmou que o espaço físico, emprestado por entidades governamentais para a instalação da ADEH, está sob ameaça. Segundo Maria, funcionários dos órgãos públicos inseridos no mesmo edifício

consideram que a instituição deveria ser removida "Por causa do tipo de pessoas que [ali] circulam". A visível falta de apoio dificulta o trabalho da organização, já que cria clima de instabilidade no local.

Além disso, ela acredita que o governo deve criar algum tipo de política pública em apoio à população LGBT, para que o estado não se desresponsabilize do cuidado a estes. As iniciativas atualmente oferecidas - como o Ambulatório de Saúde Integral à População Trans, que atende uma noite por semana no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição - não parecem ser suficientes para proporcionar a estes uma experiência digna nos espaços urbanos. Faltam-nos locais públicos seguros para ser e estar, o que indica uma marginalização imposta a nós, LGBTs.

c. Reflexões e Conclusões

Pelas entrevistas, consegui notar as complicações por que passam as Organizações Não-Governamentais do município, em especial as que lidam com populações em situação de vulnerabilidade social. A necessidade de apoio monetário e governamental é evidente. A falta de funcionários e a escassez de recursos, manifestadas por ambas as entrevistadas, reduzem em muito a atuação destes grupos de papel tão essencial ao acolhimento de comunidades marginalizadas. É importante frisar, também, a importância

⁶Transfobia: ódio ou intolerância às pessoas transexuais e a diversidade de gênero a partir da crença de que a identidade/expressão sexual de uma pessoa deve corresponder ao seu sexo biológico. (UFSC, 2017, p. 17)

⁷Identidade de Gênero: refere-se ao gênero com o qual a pessoa se identifica (se ela se identifica como sendo um homem, uma mulher ou se ela vê a si como fora do "padrão" convencional). Esse gênero com o qual ela se identifica pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento(...) (UFSC, 2017, p. 14)

⁸Passabilidade: Pontes e Silva (2017, p. 403) afirmam que "a noção de 'passabilidade' (...) expõe o desenvolvimento de contornos e traços corporais que, no limite, garantem a possibilidade de uma pessoa ser reconhecida como cisgênera."

⁹Agênero ou Genderqueer ou não-binária: Pessoa que não se identifica nem como pertencente ao gênero masculino nem ao feminino. (UFSC, 2017, p. 9)

destas instituições como espaços de resistência no centro da cidade. Isso só reforça a escolha do centro da cidade como objeto de estudo.

3.4 Centro, Objeto de Estudo

Tomei o centro de Florianópolis como objeto de estudo considerando alguns motivos já apresentados. Em primeiro lugar, seu funcionamento como ponto nodal principal de mobilidade da região metropolitana de Florianópolis motiva ali grande diversidade de usuários. Além disso, o centro historicamente apresenta nichos de aceitação LGBT, considerando relatos sobre bares e boates que datam das décadas de setenta e oitenta.

Segundo FERREIRA (2012, p. 69):

“O que se pode observar na maioria dos discursos nativos são indícios de outro tipo ocupação de espaços, em que um grupo de pessoas que querem vivenciar experiências homoeróticas começa a freqüentar determinados bares e outros espaços da cidade que não são necessariamente “GLS” ou destinados inicialmente a este público. Muitas vezes o que ocorria e ainda ocorre na cidade são dinâmicas em que espaços comerciais, bares e boates dos mais diversos tipos, são “apropriados” por gays, lésbicas e transgêneros, como afirmam algumas das pessoas com quem conversei. Este processo revela diferenças em relação à ocupação do espaço por pessoas LGBT, que como

visto em outras pesquisas, é um tipo de circulação e ocupação que permeia principalmente diversas partes do centro da cidade, numa sobreposição de usos e sociabilidades diferenciadas ao longo de diferentes períodos do dia.”

Na coleta das informações que consolidam o capítulo, pude perceber alguns nichos de concentração LGBT no centro de Florianópolis. Sendo assim, é espaço fundamental para a resistência LGBT catarinense. Dentre as localidades que são palco para a história LGBT florianopolitana (SILVA, 2003), por exemplo, apenas as praias não estão no centro da cidade. Isso reforça a importância histórica da região para o público LGBT. Ferreira (2012, p. 87-88) afirma que:

“(…) [a] distribuição dos bares, boates e saunas sempre foi marcadamente relacionada aos espaços circunscritos em diferentes regiões do centro da cidade e especialmente às manchas e circuitos de sociabilidade homo-erótica existentes desde longa data naquelas regiões.”

Considerada como pólo de atração turístico, Florianópolis tem diversos locais que se intitulam LGBT-friendly. Conforme

listado pelo website Guia Gay Floripa (2019), estão: praias (Galheta e Praia Mole), baladas (1007, Conca Club, Jivago Social Club, Treze Bar), bares (Bar do Deca, Jonas Pub, Blues Velvet, Kana Pub, Madalena Bar, La Kahlo Bodega), Videoclubes (Hunter) e saunas (Sauna Adelino e Thermas Oceano) voltados especificamente para o público gay, dentre outros. Exceto o Bar do Deca, o Kana Pub, a Sauna Adelino e as Praias, todos os outros espaços se localizam no centro da cidade.

Considerando-se a alta concentração de espaços LGBTs na região englobada entre a Pedreira e a ponte Hercílio Luz, decido fazer meu TCC nessa área. Além disso, buscando a possibilidade de acesso fácil, defino limites de trabalho que estejam distantes em até 15 minutos de caminhada do TICEN.

Dessa forma, a área de intervenção está assim delimitada (Imagem 21): a norte, as ruas São Francisco, Antônio Dib Mussi, Durval Melquíades de Souza e Santos Dumond; a sul, a Avenida Paulo fontes; a Leste, a Avenida Hercílio Luz e a oeste, a Rua Hoepcke.



Imagem 21: Recorte da Área de Estudo. Fonte: acervo pessoal

4. A PROPOSTA

4.1 políticas públicas

gerais 82

4.2 programa floripa diversa

Considerando a pesquisa e as referências levantadas, proponho a criação do Programa Floripa Diversa. Vem como uma política que busca uma cidade mais equitativa e inclusiva para todos. Tendo em vista que já há outro caso de política de incentivo dentro do escopo do planejamento urbano de Florianópolis - o Programa de Incentivo à Sustentabilidade, presente na Seção II, Capítulo XIV do Plano Diretor do município - julgo que a proposta do Programa Floripa Diversa é delineável e praticável.

Inicialmente, visa-se que se fortaleçam os locais de ocupação LGBT já existentes. Por isso, sua aplicação teria origem no Centro, principal ponto nodal de mobilidade urbana da Grande Florianópolis e local histórico de ocupação LGBT.

Baseio-me nos ideais da economia participativa e de urbanismo tático para estruturar o Programa.

Segundo o portal Participatory Economics (2019), *“Economia Participativa é aquela que se esforça pela democracia, justiça, solidariedade, diversidade, eficiência e sustentabilidade ambiental”*. A ideia é trazer as decisões econômicas para moldes mais horizontais, motivando que os diversos agentes urbanos participem, também, do planejamento e da construção de uma cidade mais integrada e equitativa.

“Os defensores da economia participativa, portanto, pensam que a democracia econômica deve ser definida como o direito à opinião na tomada de decisão, proporcionalmente ao grau em que o sujeito é afetado pelo resultado de uma decisão.

(...)

Como cada participante tem encargos e benefícios, é a equalização dos benefícios líquidos, ou seja, os benefícios usufruídos menos os encargos, o que torna a cooperação econômica justa.”
(PARTICIPATORY ECONOMICS, 2019)

Já o urbanismo tático considera que a melhoria da qualidade de vida urbana começa na escala local. Assim, almeja melhorar a cidade através de pequenas propostas de intervenção. Busca aproximar os habitantes do planejamento e testar conceitos urbanos que apresentem mudanças em nível prático. Com ações de baixo custo, realização rápida e alto impacto, criam-se espaços mais qualificados ao usufruto do espaço público. As iniciativas vão desde ações pequenas, como colocar cadeiras de praia nas ruas, até o fechamento temporário de vias e a retomada de parte das vias

veiculares para usufruto do pedestre. A exemplo, observamos em Florianópolis a instalação do Programa +Pedestres: através da pintura faixas de de ampliação das calçadas nas vias de rolagem de veículos, retoma-se parte da superfície para qualificar a caminhabilidade do ambiente urbano. Por meio destas práticas, estimula-se o uso dos espaços públicos para que se tenha uma cidade mais ativa nos diversos períodos do dia.

“Se bem feitas, tais mudanças em pequena escala podem ser concebidas como um primeiro passo para a realização de mudanças duradouras. Assim, o urbanismo tático é mais eficiente quando combinado com planejamento a longo prazo.(...) Quando feito a baixos custos e com flexibilidade, ajustes podem ser feitos antes da continuação. Se a melhoria não funcionar, o orçamento não será retirado por inteiro, e projetos futuros podem continuar sendo calibrados para encontrar as necessidades de um contexto particular e dinâmico.” (LYDON et al., 2012,p. 2)

Proponho, assim, uma parceria entre poder público, população e o setor privado. A ideia é que, através de propostas de diversas escalas, crie-se um ambiente urbano mais equitativo. A implantação de pequenas mudanças no espaço público que geram significativas transformações

ao ambiente urbano, aliada à proatividade e à participação dos moradores locais mostra que a cidade nos pertence, motivando-nos a um envolvimento mais presente no planejamento, tanto a curto quanto a longo prazo.

Através de um sistema de cooperação, a proposta é que se gere um espaço mais diverso e acolhedor a todos. Equilibrando os pesos de benefícios e obrigações de empreendedores, conforme o porte do empreendimento, propõe-se um sistema de investimentos, compensações e intervenções urbanísticas que motive a ocupação da rua e a existência pública LGBT na cidade.

Aliando-se isso a roteiros culturais que instalem intervenções artísticas e urbanas ao longo da região central, cria-se um sistema integrado de ações em pequena, média e grande escala.

Proponho que no Programa Construtoras, Incorporadoras, Pequenas e Médias empresas, entre outros, possam investir em intervenções que estimulem a cidade a ser, de fato, LGBT Friendly. O município, em contrapartida, dá incentivos e subsídios aos investidores, de forma que a política seja vantajosa para todos. As exigências e incentivos são formuladas de acordo com o tamanho dos empreendimentos e com o tipo de investimento.

Dentro do Programa Floripa Diversa, proponho a criação:

1) do Selo Floripa Diversa, voltado para pequenos e médios empreendimentos;

2) de um Fundo Artístico Municipal, para estímulo à criação de arte queer;

3) de dois roteiros turísticos LGBT, ambos iniciados no eixo da Rua Trajano, com instalação de mobiliário urbano, e

4) de um pavilhão itinerante, a ser instalado no Pátio do Palácio Cruz e Sousa entre os meses de setembro e janeiro.

Para além disso, proponho algumas iniciativas que visam qualificar a iluminação pública, promover a diversidade de usos em regiões centrais, bem como conter a especulação imobiliária.

Apresento, a seguir, as medidas propostas.

4.1 Políticas Públicas Gerais

Primeiramente, proponho a qualificação da iluminação em toda a região central. Proponho que se instale um sistema de iluminação que abranja desde a escala do pedestre até a escala urbana. Para isso, proponho a Instalação de posteamento adequado, com iluminação a duas alturas (4,30m e 3,00m), iluminando, assim, a variabilidade de alturas das lâmpadas acaba por a rua como um todo.

Reforço a importância desta iniciativa pois criar um espaço peatonal bem iluminado proporciona maior sensação de segurança, melhora a caminhabilidade noturna. Conseqüentemente, cria um espaço humanizado porque motiva a ocupação dos ambientes urbanos fora de horários comerciais

Associado a isso, proponho que se promova a diversificação de usos do centro da cidade. Devido a sua ocupação predominante de comércio e serviços, fora de horários e expediente é notável o esvaziamento do centro da cidade.

A diversidade de usos estimula uma vida urbana mais ativa, garantindo que a rua esteja ocupada em diversos períodos do dia, e não apenas durante horários comerciais. O resultado disso é um ambiente urbano mais movimentado e mais seguro.

Sendo assim, proponho:

1) Estimular a instalação de moradias no eixo central

2) Promover a instalação de hostels, hotéis e comércios que atendam no período noturno. Promover, assim, a instalação de vida noturna na região (imagem 22).

3) Realizar eventos periódicos gratuitos que tragam a população para o centro em momentos que a região estaria tipicamente esvaziada (ciclos de shows, feiras, apresentações artísticas).

Sabendo que projetos culturais possuem forte caráter gentrificador, busco garantir que populações de baixa renda permaneçam instaladas em áreas centrais. Assim, assegura-se a continuidade da diversidade de público na região. Por meio do instrumento da função social do imóvel em ambiente urbano, conforme previsto no Estatuto da Cidade, proponho a desapropriação de edifícios abandonados para a instalação de albergues, HIS, abrigos temporários, etc. Esta política se aplica da seguinte forma: Caso um imóvel da área urbana não esteja cumprindo a função social da propriedade - como previsto no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor de Florianópolis - o município poderá se utilizar do IPTU Progressivo no Tempo para impulsionar que o proprietário garanta esta função cumprida. Caso isto não se realize, o município pode classificar os imóveis



Imagem 22: Estímulo à diversidade de usos, arte urbana realizada através do Fundo Artístico Municipal Floripa Diversa e painel do Roteiro Cultural Floripa Diversa Instalado. Fonte: acervo pessoal

como de utilização compulsória, Assim, poderá proceder com a desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, como previsto no Plano Diretor. Assim, estas edificações poderão abrigar serviços e moradias que atendam à população de baixa renda.

4.1 Programa Floripa Diversa

Através de legislação específica, proponho a formulação de um conjunto de políticas públicas que visam tornar a cidade de Florianópolis mais LGBT-friendly.

O Programa funciona através de uma parceria entre o poder público e outros setores da sociedade civil. Através de um sistema de cooperação, visou estimular a existência de uma cidade mais diversa e equitativa.

A seguir, apresento algumas das medidas propostas para o programa.

a) Selo Floripa Diversa

O estímulo é voltado para pequenos e médios empreendimentos que desejem criar espaços seguros de ocupação LGBT em Florianópolis.

A partir de critérios de omissão à equidade e à diversidade, os estabelecimentos recebem subsídios governamentais.

A garantia de oferta de comércio, serviços e empregos de qualidade para a população LGBT estimula a presença destes no espaço público e promove equidade e diversidade.

Além disso, a iminuição de taxas proporciona a redução de gastos dos comerciantes. Já a possibilidade de divulgação gera apelo comercial, clientela e, conseqüentemente, lucro para os comércios. Isso torna a proposta atrativa para as diversas esferas da sociedade, já

que traz benefícios tanto ao empreendedor quanto aos ocupantes da cidade.

Os critérios básicos definidos para o programa são:

1) Respeito à diversidade (de gênero, sexualidade, raça,);

2) Treinamento de funcionários para atender a populações tipicamente excluídas;

3) Presença de banheiros transinclusivos (placas indicativas e conscientização dos funcionários);

4) Respeito ao nome social de indivíduos transexuais

5) Política de tolerância zero à discriminação, garantindo que todos os clientes serão tratados com respeito e tolerância.

Ao cumprimento destes, o empreendimento obtém:

1) Isenção da Taxa de Mesas e Cadeiras, cobrada para que bares possam ocupar a rua

2) Direito à ampla divulgação do comércio como LGBT-friendly

3) Disponibilização de uma representação física do Selo Floripa Diversa, na forma de uma placa para instalação no local do empreendimento.

4) Inclusão em listagens de comércios LGBT-Friendly, disponibilizadas em portal criado pela prefeitura

Já os critérios adicionais podem ser cumpridos parcialmente, tendo contrapartidas proporcionais ao número de parâmetros preenchidos. São eles:

6) Políticas de inclusão para travestis e transexuais durante seletivas de contratação. Ofertas de empregos através de ações afirmativas, para fomentar a participação destes segmentos no mercado de trabalho.

7) Promover ações de capacitação para membros do segmento LGBT, possibilitando aprendizado e crescimento profissional

8) Definir medidas de responsabilização, para punir e coibir práticas discriminatórias no ambiente da empresa

9) Fomentar a discussão acerca da diversidade no ambiente da empresa

10) Criar um ambiente seguro para a expressão de gênero e de orientação sexual dos funcionários da empresa

11) Oferecer serviços e produtos voltadas ao público LGBT

12) Apoiar e promover eventos e ações em prol dos Direitos LGBT na comunidade

13) Estabelecer parcerias com Organizações Não-Governamentais

Considerando-se o número de critérios adicionais cumpridos, o empreendimento tem isenção progressiva da taxa de IPTU, O valor do desconto pode chegar a até 20% da taxa.

Por não ter encontrado registros de políticas públicas de estímulo à diversidade comparáveis no contexto brasileiro, obtive o valor de isenção através de paralelos com políticas públicas de outras áreas do planejamento, como sustentabilidade e cultura. Dentre elas estão o IPTU Verde de Salvador - BA; o desconto por presença de vegetação e práticas de sustentabilidade de Guarulhos - SP; a Redução de alíquota do IPTU por presença de Feiras de Rua Semanais de Vitória - ES,

Para garantir o cumprimento dos requisitos, o Poder Público criará um Portal da Diversidade Nele, usuários podem buscar vagas de emprego, oportunidades de capacitação, eventos e produtos, bem como denunciar desrespeito aos compromissos estabelecidos nos empreendimentos cadastrados.

b) Arte Pública LGBT

Proponho a combinação entre o Programa de Arte Pública e o Programa Floripa Diversa, para que sejam desenvolvidos projetos de arte pública LGBT.

Segundo o Art. 181 da Lei 482/2018, Plano Diretor de Florianópolis, os empreendimentos privados de mais de 1000m² que inserirem Arte Pública em seu planejamento têm direito a um acréscimo de 2% em seu potencial construtivo.

A ideia é que, através do Programa Floripa Diversa, este aumento possa ser de até 2,5% quando a Arte Urbana em questão for de temática LGBT-friendly. O aumento de acréscimo em 0,5% com relação aos estímulos de arte pública já vigentes visa tornar mais atrativa a instalação das obras LGBT-friendly

A inserção de Arte Pública no ambiente público ajuda a qualificar o espaço, trazendo vitalidade e humanização à paisagem urbana. Além disso, a arte pública LGBT-friendly é uma forma de tornar a cidade mais amigável e receptiva a estes sujeitos, já que eles passam a se ver nos locais onde circulam. A mensagem de apoio a esta população é bastante

importante, já que traz à tona e normaliza a existência LGBT.

c) Fundo Artístico Municipal Floripa Diversa

Através de uma lei de incentivo à diversidade, proponho que o município crie um Fundo de Arte dentro do programa Floripa Diversa.

Através de outorga onerosa do direito de construir, construtoras e incorporadoras compram acréscimo de potencial construtivo para suas obras, e o valor arrecadado é revertido ao Fundo Artístico Municipal Floripa Diversa.

Com a obtenção da outorga do Fundo Artístico Municipal Floripa Diversa, o acréscimo máximo possível é de 3% do potencial construtivo. Outras formas de outorga onerosa podem ser empregadas sobre esta, respeitando o limite de cada área, previsto no plano diretor municipal.

Segundo §1º do Art. 181 do Plano Diretor de Florianópolis, o IPUF pode disponibilizar locais públicos passíveis de inserção de Arte Pública.

Sendo assim, a COMAP define áreas suscetíveis à intervenção e gerencia a aplicação do Fundo, a partir de uma lista de prioridades.

A definição dos locais deve ser feita a partir de critérios de diversidade de públicos, facilidade de acesso via transporte público, visibilidade das obras, função social da arte urbana, importância histórica da região para a população LGBT,

entre outros.

Por se tratar do local que melhor cumpre os requisitos mencionados, a aplicação da verba se inicia pelo Centro Histórico de Florianópolis.

A criação do Fundo Artístico Municipal Floripa Diversa estimula a atividade de artistas locais, propicia o conhecimento acerca de figuras importantes da cultura e da história LGBT de Florianópolis e do Brasil, além de criar ambiências urbanas artisticamente ricas.

A instauração de um fundo municipal - que possibilite a aplicação de arte não apenas em áreas afins aos empreendimentos - democratiza o acesso à arte urbana. Considerando que grande parte dos investimentos imobiliários na Ilha de Santa Catarina são feitos em locais mais afastados (Ingleses, Rio Vermelho, Campeche, Canasvieiras) da região metropolitana, a visibilidade destas intervenções seria limitada por questões geográficas e de transporte. Assim, ao possibilitar a criação dessas intervenções no Centro da Cidade - principal ponto nodal da mobilidade urbana da Grande Florianópolis - assegura-se a diversidade de públicos e a visibilidade do Programa.

d) Roteiros Turísticos LGBT

Aliando as diretrizes urbanas supracitadas, proponho a criação de dois roteiros turísticos:

1) Roteiro Cultural Floripa Diversa:

A partir da Rua Trajano, passando pela região oeste da Praça XV, indico a aplicação inicial do Fundo Artístico Municipal Floripa Diversa. Nos moldes do programa de estímulo à arte urbana de São Paulo, proponho intervenções em fachadas sem aberturas de edificações. Assim, dá-se novo uso às empenas cegas do centro e se fortalece a vitalidade dos espaços urbanos.

Em pontos pré-determinados do trajeto, que distam aproximadamente 200m entre si, instalam-se painéis explicativos acerca das intervenções artísticas, dos artistas que as realizaram, bem como do Programa Floripa Diversa. Vinculados a estes painéis, proponho a instalação de bancos e áreas de descanso, atualmente deficitários na região central.

2) Roteiro Histórico Floripa Diversa:

A partir da Rua Trajano, passando pela região leste da Praça XV, indico a criação de um roteiro histórico que reforce a importância da área para o público LGBT. A região, conforme já mencionado, concentrou inúmeras casas noturnas, manifestações culturais e interações LGBT, registradas no mínimo desde os anos 1970.

Em pontos pré-determinados do trajeto, que distam aproximadamente 200m entre si, instalam-se painéis explicativos acerca da história da população LGBT na Ilha de Santa Catarina, bem como do Programa Floripa Diversa. Vinculados a estes painéis, proponho também a



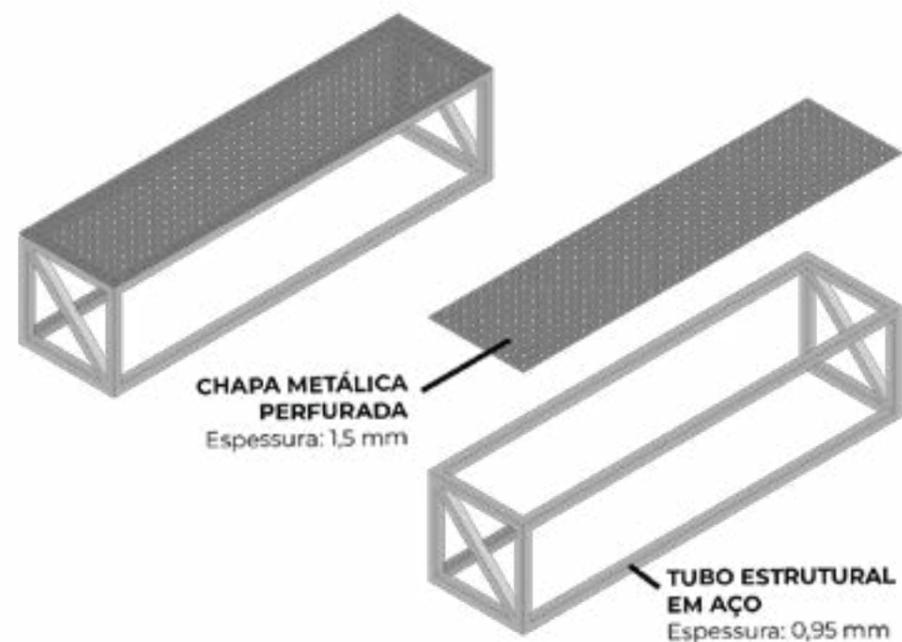
Imagem 23: Arte urbana com retrato de Selma Light, realizada através da aplicação do Fundo Artístico Municipal Floripa Diversa, associada aos Roteiros Turísticos Floripa Diversa. Fonte: acervo pessoal

instalação de bancos e áreas de descanso.

Além dos dois roteiros, proponho o reforço da Rua Trajano como importante espaço de resistência LGBT na cidade de Florianópolis. Com a partida dos dois roteiros dali, além da instalação do Pavilhão Itinerante Floripa Diversa, crio o Eixo da Diversidade. Ali, as políticas públicas supramencionadas se fazem bastante presentes, por se tratar de um espaço público estruturante para o movimento LGBT da cidade.

Aliando o Programa Floripa Diversa à criação de roteiros LGBT, garante-se retorno aos diversos agentes sociais:

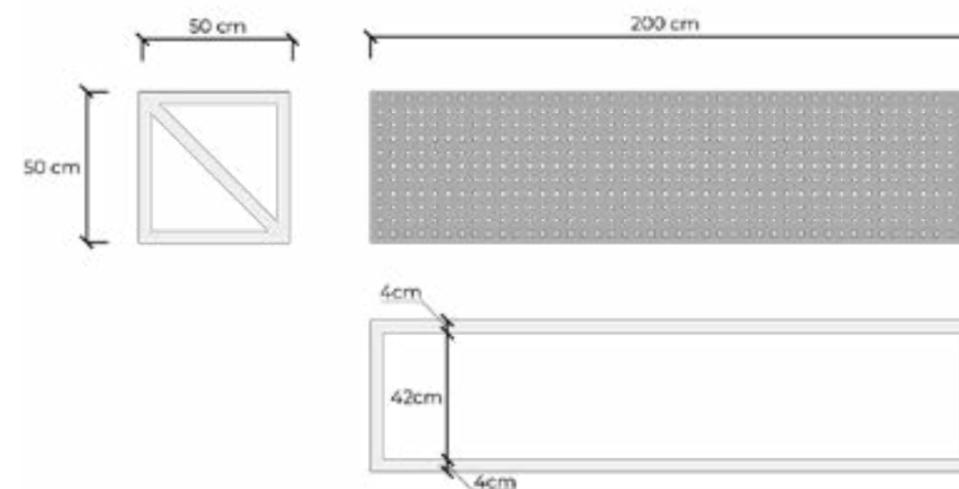
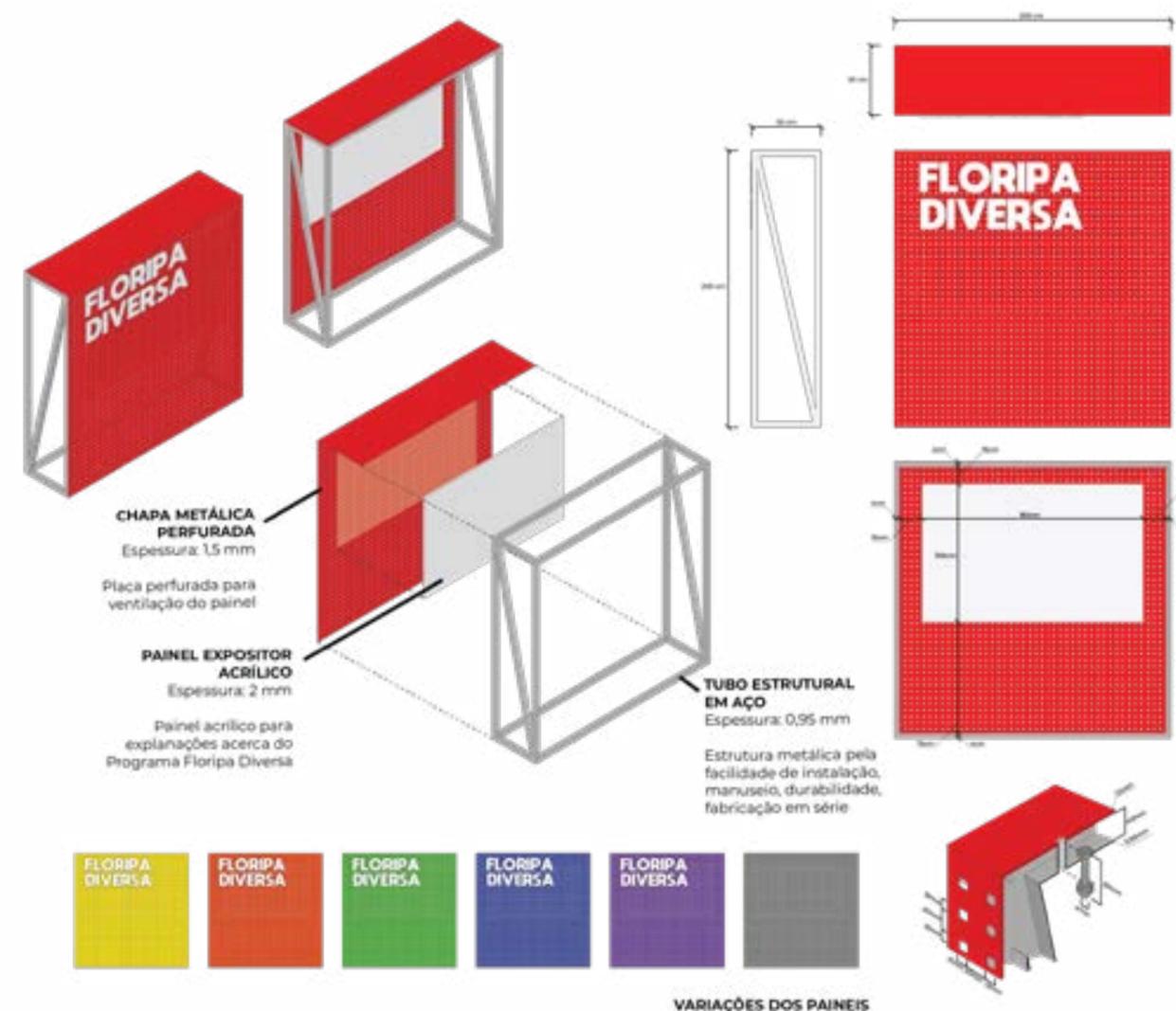
1) ao público, assegura-se: a disponibilização de arte, cultura e conhecimento acerca da história da população LGBT em Florianópolis, bem como



a qualificação dos espaços públicos no centro, através da instalação de locais de descanso associados aos painéis explicativos do Roteiro Floripa Diversa;

2) ao município, ocorre o aumento de sua receita através do turismo, além da consolidação da imagem de Florianópolis como um destino turístico LGBT-friendly, e

3) aos empresários vinculados ao Programa Floripa Diversa, ocorre o aumento de consumo de bens e produtos, também devido ao turismo, gerando maior lucro em suas empresas.



Imagens 24 e 25: Detalhes estruturais dos painéis e bancos instalados ao longo do Roteiro Turístico Floripa Diversa. Fonte: acervo pessoal

e) Pavilhão Itinerante Floripa Diversa

A exemplo do que ocorre em diversas cidades e galerias de arte do mundo (Serpentine Gallery, Londres; MoMA PS1, Nova Iorque; Design Miami, Miami), a ideia é que se crie um pavilhão temporário, a ser instalado no Pátio do Palácio Cruz e Sousa. O Pavilhão, projetado para funcionar entre os meses de setembro e janeiro, abrigará obras de artistas LGBT locais.

Através de concurso anual para jovens arquitetos e artistas, define-se um projeto vencedor e um artista para expor no local.

A instalação de um pavilhão temporário estimula a diversificação dos atrativos turísticos de Florianópolis. Motiva-se uma busca cultural pela cidade, promovendo outras formas de turismo que não apenas a procura por locais de veraneio.

A ideia de instalar o pavilhão na média temporada, especialmente entre os meses de Setembro e Janeiro, é associar o início da exposição à Parada da Diversidade. Reforça-se, assim, a atratividade turística LGBT do município, mesmo fora da alta temporada.

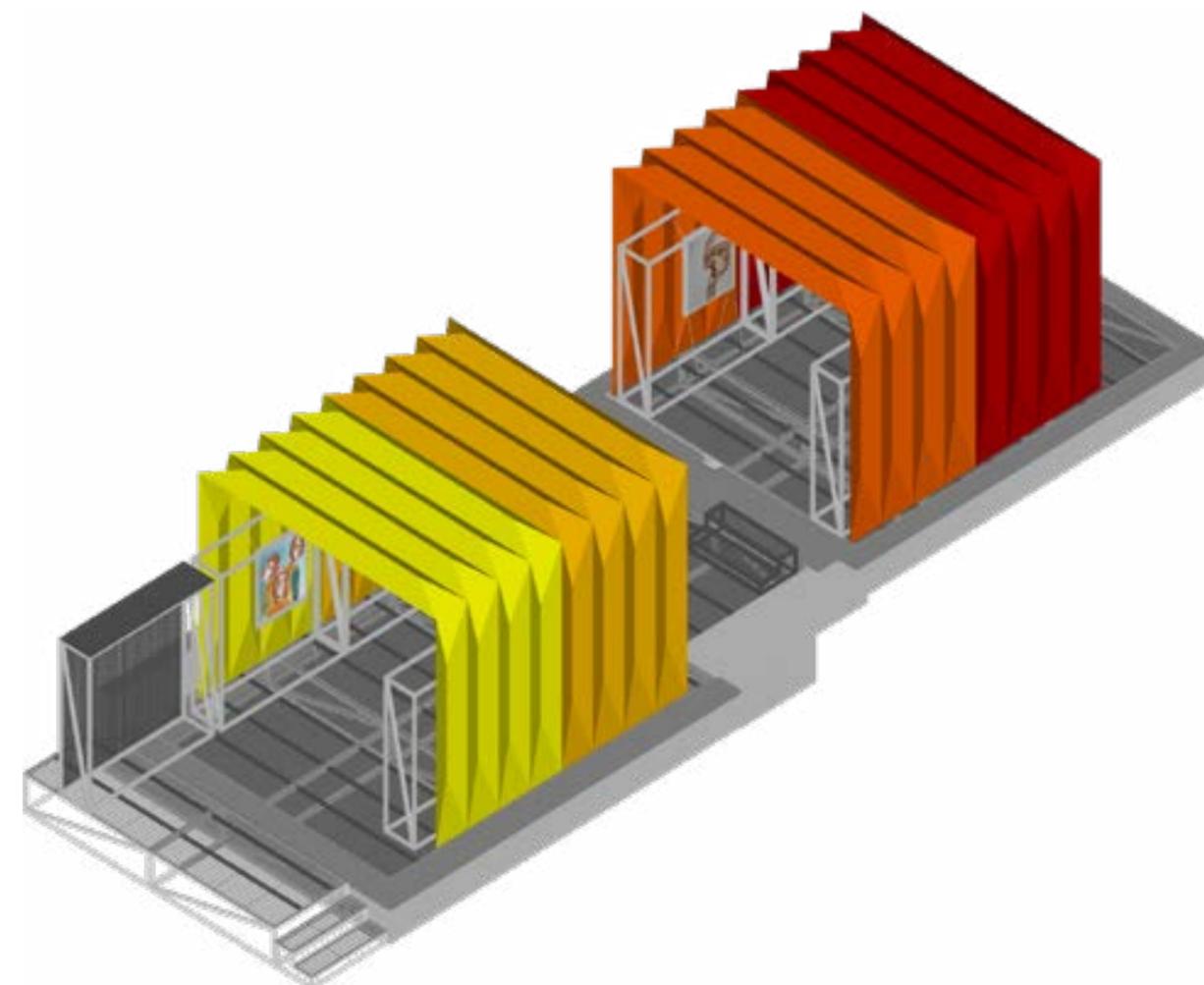
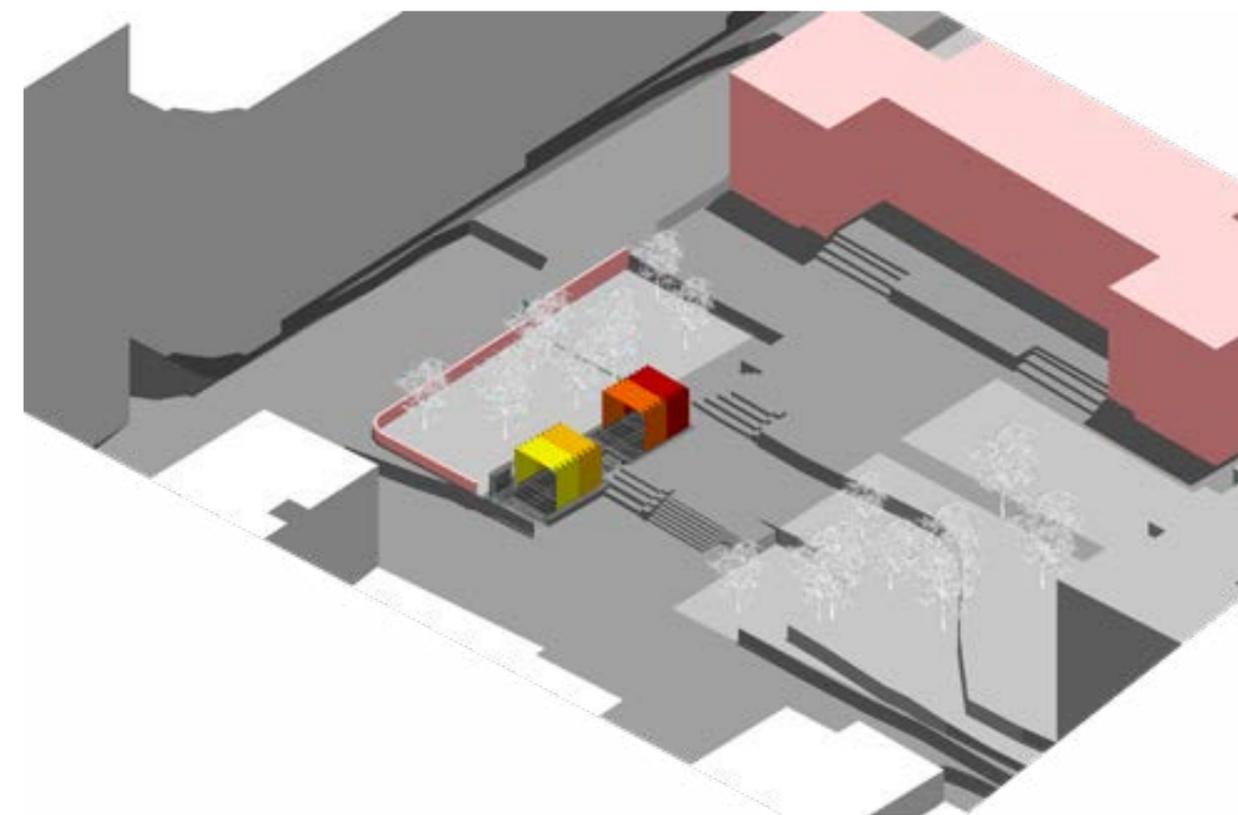
A continuidade da instalação até o mês de janeiro motiva o usufruto da região central da cidade também durante os meses de verão.

A criação de um concurso anual para jovens arquitetos e artistas proporciona visibilidade a pessoas LGBT em início de carreira, criando oportunidades de aprendizado profissional.

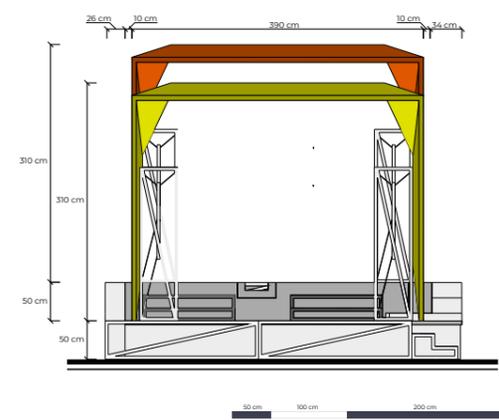
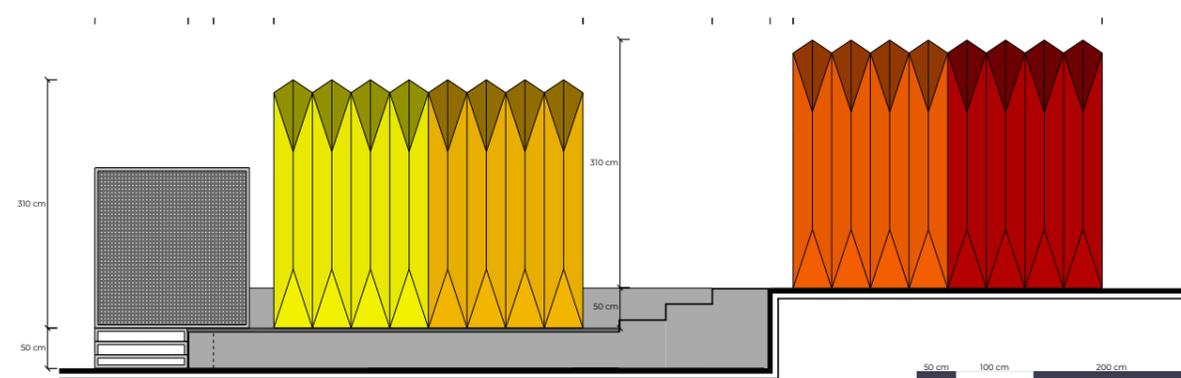
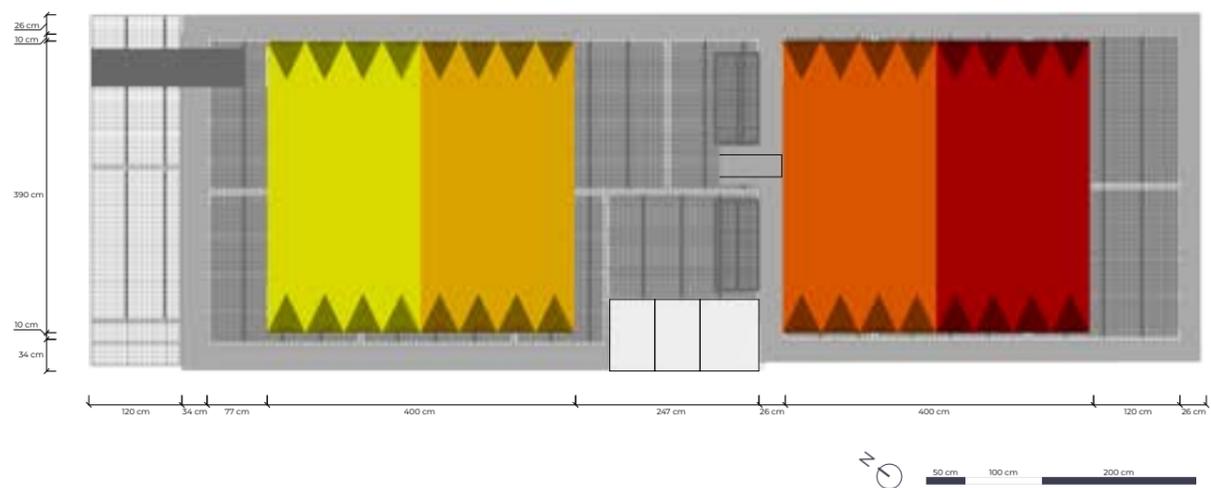
A instalação do Pavilhão no Pátio do Palácio Cruz e Sousa visa associar a estrutura a um museu já existente, trazendo visibilidade tanto para o museu quanto para o próprio pavilhão. Além disso, historicamente, o pátio do Palácio Cruz e Sousa e a Rua Trajano representam um espaço de resistência para o movimento LGBT florianopolitano, o que evidencia a importância de vincular estes espaços.

A ideia é a criação de um espaço pequeno, que não crie conflito direto com a arquitetura do Palácio Cruz e Sousa. Por isso, propõe-se a instalação do mesmo sobre uma fonte d'água no pátio do palácio. Suas dimensões são de aproximadamente 80m². Utilizando-se uma base metálica, apoiada sobre a estrutura, evita-se gerar dano ao patrimônio ali presente. Os pavilhões projetados para o concurso devem obedecer as dimensões propostas, podendo variar seu material e sua forma de acordo. Além disso, a exposição das obras de arte pode se espalhar pelo pátio.

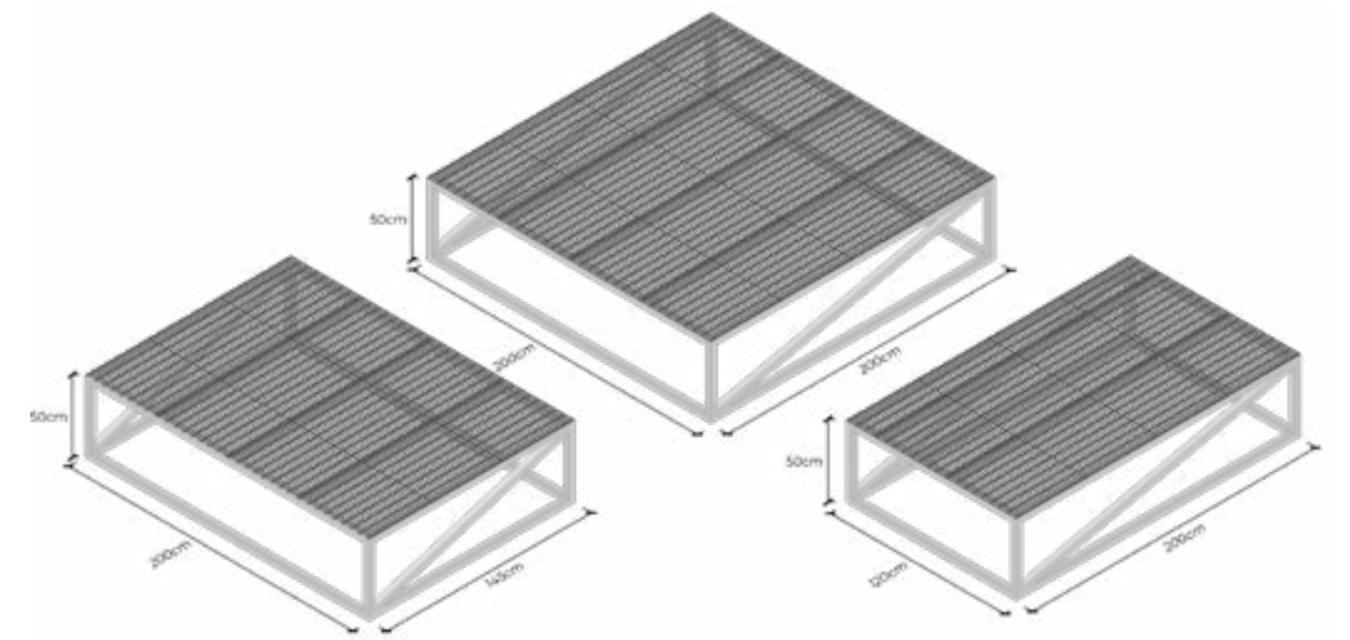
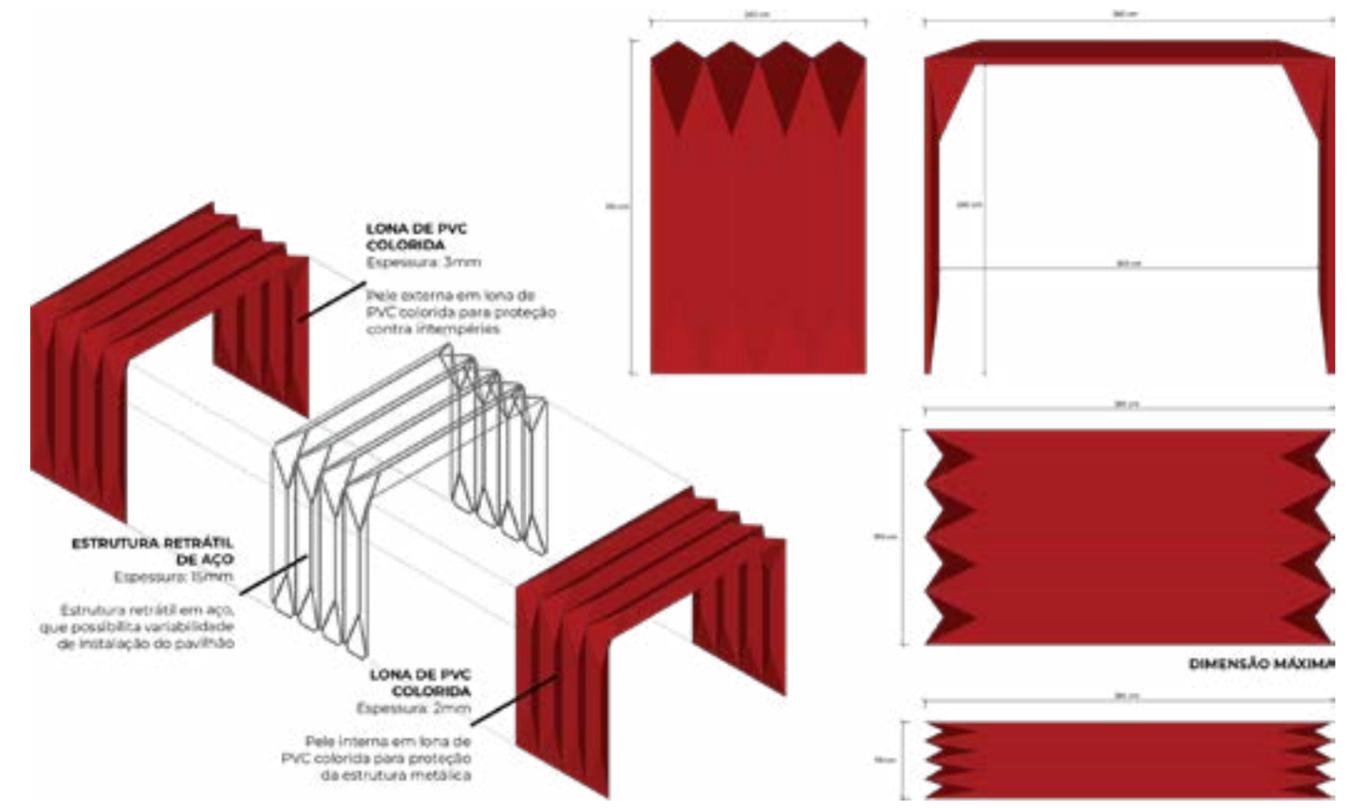
Para demonstração de como poderia ser o cenário do palácio caso estes Pavilhões Itinerantes fossem postos ali, projetei um modelo e apliquei-o na área proposta. Minha ideia foi a criação de um Pavilhão de estrutura sanfonada, revestida com lona de PVC. A escolha dos materiais foi motivada pelo custo e pela facilidade de montagem no local. Nas páginas a seguir, trago desenhos técnicos da obra, bem como esquemas estruturais e fotomontagens do pavilhão posto no local proposto.



Imagens 26 e 27: Vistas Isométricas do Pavilhão. Fonte: acervo pessoal



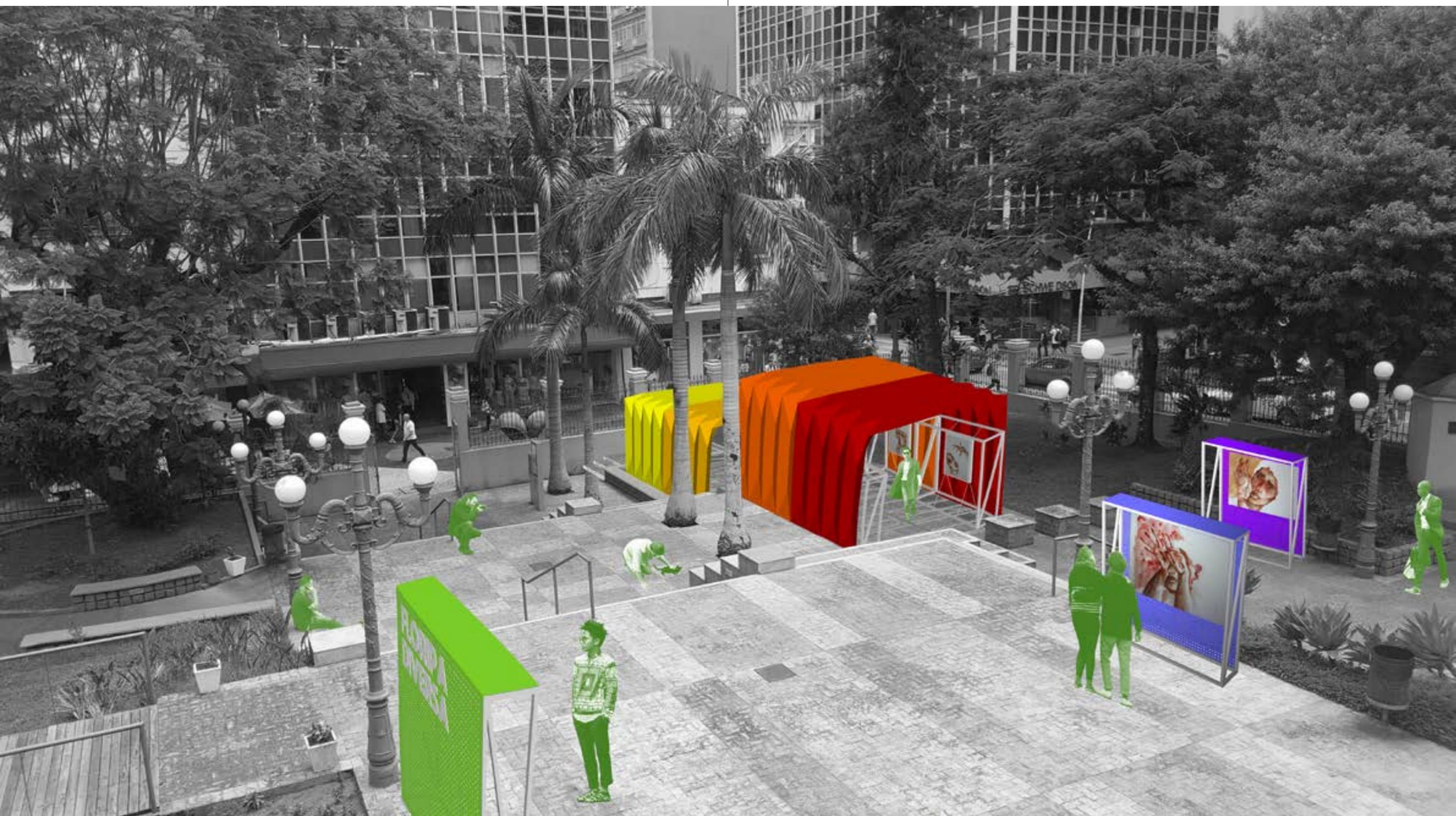
Imagens 28, 29 e 30, respectivamente: Planta Baixa, Vista Lateral e Vista Frontal. Fonte: acervo pessoal



Imagens 31 e 32, respectivamente: Esquema Estrutural do Pavilhão e da Base Fonte: acervo pessoal



Imagens 33 a 38: Fotomontagens da instalação do Pavilhão. Fonte: acervo pessoal











5. PERCEPÇÕES E CONCLUSÕES

Ao longo de um ano e meio do desenvolvimento do trabalho, passei por longos períodos de bloqueio criativo e tive bastantes dificuldades em confiar que estava desenvolvendo o TCC da forma correta. Em minha concepção, isso se deve a dois fatores principais.

O primeiro é que, ao escolher explorar um tema não lecionado ao longo do curso, precisei desenvolver uma metodologia com que nunca havia trabalhado. A insegurança quanto ao desconhecimento dos métodos me causou estranhamento e fez com que eu me fechasse às opiniões externas. Foi só ao perder o medo, quando me abri, que consegui desenvolver plenamente o projeto.

Além disso, o segundo fator foi que, ao escolher explorar um tema tão tocante a mim, como mulher lésbica, tive inúmeras

confusões mentais provenientes da autoanálise. Ao falar de temas como a violência contra LGBTs, meus próprios medos e angústias vinham à tona, dificultando ainda mais o processo.

Apesar disso, considero que meu trabalho foi uma das experiências mais enriquecedoras de todos os sete anos que passei na graduação. Ao buscar áreas de conhecimento com que não tinha contato profundo, senti que parte da minha formação como arquiteta dependia disso. Mesmo que o tema escolhido possua diversas nuances e complexidades, sinto que não estaria satisfeita com meu TCC caso tivesse escolhido um tema mais simples. Sou grata a todo o processo e às experiências da graduação que me trouxeram até aqui.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A.P.A. (Washington). American Psychiatric Association (Org.). Diagnostic and Statistical Manual: Mental Disorders: DSM-I. Washington, 1952. 145 p.

ARMSTRONG, Elizabeth A.; CRAGE, Suzanna M.. Movements and Memory: The Making of the Stonewall Myth. American Sociological Review, [s.l.], v. 71, n. 5, p.724-751, out. 2006. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/000312240607100502>.

BALSAM, Kimberly F. et al. Culture, trauma, and wellness: A comparison of heterosexual and lesbian, gay, bisexual, and two-spirit Native Americans.. Cultural Diversity And Ethnic Minority Psychology, [s.l.], v. 10, n. 3, p.287-301, 2004. American Psychological Association (APA). <http://dx.doi.org/10.1037/1099-9809.10.3.287>.

BANES, Sally. Greenwich Village 1963: Avant-Garde Performance and the Effervescent Body. Usa: Duke University Press, 1993.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. Continentes, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.9-37, Não é um mês válido!/Não é um mês válido! 2012. Semestral. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/view/5/4>. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRAGA, Gibran Teixeira. 'O fervo e a luta': políticas do corpo e do prazer em festas de São Paulo e Berlim. 2018. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Cap. 2.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição nº 1, de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, SC, 5 out. 1988.

BRASIL. Marcelo Côrtes Neri. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Org.). Sistema de Indicadores de Percepção Social: Tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. 40 p.

BRASÍLIA. Ministério do Turismo. O Brasil como destino LGBT: Delegação brasileira participa da Convenção Anual da International Gay & Lesbian Travel Association (IGLTA), que terá Florianópolis como sede em 2012. 2011. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/3866-o-brasil-como-destino-lgbt.html>. Acesso em: 23 janeiro 2019.

BRASÍLIA. Ulisses Riedel de Resende. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Org.). II – Congresso Nacional: Perspectivas de reformas. In: ULISSES RIEDEL DE RESENDE (Brasília). Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Org.). Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, 2014. p. 16.

CHIOCHETTA, ngela Smaniotto; AVENA, Daniella Tebar. Parada gay de São Paulo: evento de compromisso social ou uma grande festa na Avenida Paulista?. Caderno

Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p.11-18, jan. 2006.

COCCO, Rodrigo Giralddi. Interações espaciais e transporte público: Proposições para a Grande Florianópolis/SC. Anais XVII CLATPU, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Constituição (2013). Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Distrito Federal, DF, 14 maio 2013. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_175_2013.pdf. Acesso em: 03 jun. 2018.

CUNHA, Rogério Sanches. Atualização Legislativa: Lei 13.718/2018. [s.i]: Juspodivm, 2018. 20 p. Disponível em: <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/a717a7b72e63e04daed4a6ff7491c46b.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2018.

DEPOIS do Fervo. Direção de Matheus Gonçalves Faisting. Produção de Matheus Gonçalves Faisting. Realização de Matheus Gonçalves Faisting. Coordenação de Matheus Gonçalves Faisting. Roteiro: Matheus Gonçalves Faisting. Florianópolis: S.i., 2017. (43 min.), Digital, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s6YT4oPFEvs&feature=youtu.be>. Acesso em: 18 maio 2018.

DINIZ, Rozeane Porto. As Representações Léxico-Semânticas das Lesbianidades no Cordel. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Literatura e Interculturalidade, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2013. Cap. 2.

DISTRITO FEDERAL. Simone Ribeiro Amorim. 14ª Vara Federal do Distrito Federal (Comp.). Ata de Audiência. Distrito Federal: Poder Judiciário, 2017. 5 p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Decisão-Liminar-RES.-011.99-CFP.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

FERREIRA, Glauco. Arco-Íris em Disputa: A 'Parada da Diversidade' de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias. 2012. 306 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96250/301932.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jun. 2018.

FERREIRA, Karen; SILVA, Gleyton Robson da. Urbanismo Feminista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: Enanpur, 2017. p. 01 - 12

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO, 2006, Realizado de Forma Descentralizada. Carta Mundial Pelo Direito à Cidade. S.i.: S.i., 2006. 15 p. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

IGLTA ([s.i.]). International Gay And Lesbian Travel Association. 2012 Annual Report. [s.i]:

Iglta, 2013. 14 p.

ILGA, International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association: Carroll, A. and Mendos, L.R., State Sponsored Homophobia 2017: A world survey of sexual orientation laws: criminalisation, protection and recognition (Geneva; ILGA, May 2017).

JESUS, Jaqueline Gomes de. Alegria momentânea: paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Revista Interinstitucional de Psicologia, Brasília, v. 1, n. 6, p.54-70, jan. 2013. Semestral.

LAMPIÃO DA ESQUINA: Edições 0, 3, 4 e 6. Rio de Janeiro, abr-nov 1978. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: 12 dez. 2018

LINS, Hoyêdo Nunes. Interações, aprendizagem e desenvolvimento:: ensaio sobre o turismo em Florianópolis. Turismo: Visão e Ação, Florianópolis, v. 1, n. 9, p.107-120, mar. 2007. Quadrimestral. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Hoyedo_Lins/publication/277186555_Interacoes_aprendizagem_e_desenvolvimento_ensaio_sobre_o_turismo_em_Florianopolis/links/56eaab6b08ae8c97677b8f06.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.

MISKOLCI, Richard. Comentário. Cadernos Pagu, [s.l.], n. 28, p.55-63, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332007000100004>.

MORESCHI, Gabriela; MARTINS, Raphael; CRAVEIRO, Camila. Pink Market: o marketing em crescimento. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 13., 2011, Cuiabá. Anais... . Cuiabá: Intercom, 2011. p. 1 - 12.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo; PAULINHO. Mortes Violentas de LGBT no Brasil: Relatório 2017. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2018. 27 p. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2018.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

NANDA, Serena. The Hijras of India. Journal Of Homosexuality, [s.l.], v. 11, n. 3-4, p.35-54, 28 jan. 1986. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1300/j082v11n03_03.

NÓR, Soraya; CAVANUS, Aline Vicente; SOUZA, Gustavo Rodrigo Faccin Araújo de. O Instituto Arco-íris e uma crítica ao Projeto Urbano em Florianópolis. Arq.urb, São Carlos, v. 21, n. 1, p.76-88, jan. 2018. Quadrimestral. Disponível em: <<https://www.usjt.br/arq.urb/numero-21/5-soraya-nor.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PIRES, Rodrigo Otávio Moretti. Os Cinzas do Arco-Íris: Imagens Políticas dos Eventos Públicos LGBT de Florianópolis. 2016. 113 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172324/Rodrigo_Moretti.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jun. 2018.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. Periódicos: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades, Salvador, v. 1, n. 8, p.396-417, nov. 2017.

QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. A Capital Gay do Brasil: política, turismo, economia e a construção de imagens acerca de Florianópolis – SC através das páginas jornalísticas (1999 – 2006). Santa Catarina em História, Florianópolis, v. 2, n. 8, p.1-21, jan. 2014. In memoriam de Igor Henrique Lopes de Queiroz.

RENTSCHLER, Carrie A.. Rape Culture and the Feminist Politics of Social Media. Girlhood Studies, [s.l.], v. 7, n. 1, p.65-82, 1 jan. 2014. Berghahn Books. <http://dx.doi.org/10.3167/ghs.2014.070106>.

ROLNIK, Raquel. O que é Cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995. 88 p. (Coleção Primeiros Passos). 4ª Reimpressão da 1ª edição de 1988.

SANTOS, Tatiana Nascimento dos; ARAUJO, Bruna Pinheiro de; RABELLO, Luiza Rocha. Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica. Revista Bagoas: Estudos gays: gênero e sexualidade, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 11, p.101-119, jul. 2014. Semestral.

SARAIVA, Ágar Camila Mendes. Gênero e Planejamento Urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. Anais... . São Paulo: S.i, 2017. p. 01 - 19.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu, [s.l.], n. 28, p.19-54, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332007000100003>

SILVA, Andréa Lima da; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. “O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. Ser Social, Brasília, v. 17, n. 37, p.498-516, jul./dez. 2015.

SILVA, Andrea Lima da; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O Sol Não Nasce Para Todos: Uma Análise do Direito à Cidade Para os Segmentos LGBT. Ser Social, Brasília, v. 17, n. 37, p.498-516, jul./dez. 2015. Semestral. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/19039>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SILVA, Marco Aurélio da. Se manque! Uma etnografia do carnaval no pedaço GLS da Ilha de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de PósGraduação em Antropologia Social, UFSC. Florianópolis, 2003.

Silva, Alessandro Soares da (2006). Marchando pelo arco-íris da política: a parada do orgulho LGBT na construção da consciência coletiva dos movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

São Paulo, SP

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Constituição (2011). Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277, de 13 de outubro de 2011. Distrito Federal, DF, 14 out. 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

THE Mask You Live In. Direção de Jennifer Siebel Newsom. Produção de Jennifer Siebel Newsom. Roteiro: Jennifer Siebel Newsom. S.i., EUA: Funded By Kickstarter Campaign, 2015. (97 min.), son., color.

UFSC. Francis Solange Vieira Tourinho. Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades. Glossário da Diversidade. Florianópolis: Ufsc, 2017. 31 p.

[S.I.]. Sobre a ADEH. 2013. Disponível em: <<https://adehdireitoshumanos.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

Notícias

[S.I.] (Santa Catarina). G1. Promotor diz que proibição de casamentos gays não é preconceito: Henrique Limongi vetou duas uniões homoafetivas em Florianópolis. OAB pediu providências contra o magistrado do Ministério Público.. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/08/promotor-se-pronuncia-sobre-proibicao-de-unioes-homoafetivas.html>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

CAROLINA HOLLAND (Santa Catarina). G1. Promotor tenta anular casamento civil homoafetivo entre engenheira e médica de SC: Adrieli Roberta e Anelise Nunes Schons, ambas de 30 anos, casaram-se em dezembro de 2017 em Florianópolis. Promotor fez 69 impugnações contra uniões homoafetivas desde 2015.. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/promotor-tenta-anular-casamento-civil-entre-engenheira-e-medica-de-sc.ghtml>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

LEANDRO MACHADO (Brasil). Bbc Brasil. 'Não temos os mesmos direitos dos héteros': o casal de mulheres que luta na Justiça para manter união. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44556376>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

FÁBIO BISPO (Brasil). Estadão. Em Santa Catarina, promotor tenta anular casamentos de pessoas do mesmo sexo: Henrique Limongi diz que Constituição é clara ao proibir união homoafetiva e já pediu 68 anulações à Justiça. OAB contesta, dizendo que decisão do STF e orientação do CNJ garantem direito e vê desrespeito à hierarquia jurídica. 2018. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,em-santa-catarina-promotor-tenta-anular-casamentos-de-pessoas-do-mesmo-sexo,70002358339>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

[S.I.]. Revista Fórum. Jean Wyllys denuncia ofensiva de promotor de SC para anular casamentos LGBT: O casamento entre pessoas do mesmo sexo é regulamentado pelo CNJ, mas promotor de Santa Catarina vem tentando anular uniões LGBT que são realizadas em Florianópolis. “Só nos últimos três anos, quase 70 casais homossexuais foram submetidos pelo promotor ao constrangimento de arcarem com processos judiciais para terem direito ao casamento civil”, denuncia o deputado. 2018. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/jean-wyllys-denuncia-ofensiva-de-promotor-de-sc-para-anular-casamentos-lgbt/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

ANA CLAUDIA ARAUJO (Santa Catarina). Portal Catarinas. Homofobia institucional atrasa casamentos LGBTs em Florianópolis. 2017. Disponível em: <<http://catarinas.info/homofobia-institucional-atrasa-casamentos-lgbts-em-florianopolis/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

[S.I.] (Brasil). Conjur. Promotor não permite casamentos gays em Florianópolis. 2013. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2013-ago-28/promotor-santa-catarina-nao-permite-casamentos-gays-florianopolis>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

[S.I.]. Ndonline. Promotor já pediu anulação de mais de 100 casamentos gays em Florianópolis: Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da OAB de Santa Catarina estuda fazer nova reclamação contra magistrado; Em 2013 Conselho Nacional do MP arquivou procedimento contra magistrado. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/promotor-ja-pediu-anulacao-de-mais-de-100-casamentos-gays-em-florianopolis>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

[S.I.] (Santa Catarina). Oab. Nota oficial – OAB/SC manifesta-se favoravelmente a uniões homoafetivas em Florianópolis. 2018. Disponível em: <<http://www.oabsc.org.br/noticias/nota-oficial-ndash-oabsc-manifesta-se-favoravelmente-unioes-homoafetivas-em-florianopolis/15299>>. Acesso em: 18 dez. 2018.